

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Profissional em Educação

Virgínia Lages Silva

**IDENTIDADES E MEMÓRIAS DA ESCOLA E DO MUNICÍPIO DE
JEQUITIBÁ/MG NO DOCUMENTO *NOSSA CIDADE***

**Diamantina
2019**

VIRGÍNIA LAGES SILVA

**IDENTIDADES E MEMÓRIAS DA ESCOLA E DO MUNICÍPIO DE
JEQUITIBÁ/MG NO DOCUMENTO *NOSSA CIDADE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Área de Concentração: Educação e Gestão de Instituições Educacionais. Linha de Pesquisa: Currículos, avaliação, práticas pedagógicas e formação de professores. Requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosana Baptista dos Santos

**Diamantina
2019**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586i

Silva, Virginia Lages.

Identities and memories of the school and the municipality of Jequitibá/MG in the document Nossa Cidade / Virginia Lages Silva, 2019.

112 p. : il.

Orientador: Rosana Baptista dos Santos

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

1. Currículo. 2. Escola. 3. Identidade. 4. Memória. I. Santos, Rosana Baptista dos. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 306

VIRGINIA LAGES SILVA

**IDENTIDADES E MEMÓRIAS DA ESCOLA E DO MUNICÍPIO DE
JEQUITIBA/MG NO DOCUMENTO NOSSA CIDADE**

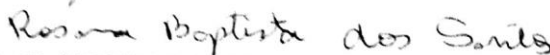
Dissertação apresentada ao
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, nível de
MESTRADO como parte dos requisitos
para obtenção do título de MESTRA
EM EDUCAÇÃO

Orientador (a): Prof.ª Dr.ª Rosana
Baptista Dos Santos

Data da aprovação : 19/11/2019



Prof. Dr.ª TEREZA PEREIRA DO CARMO - UFBA



Prof. Dr.ª ROSANA BAPTISTA DOS SANTOS - UFVJM



Prof. Dr.ª NÁDIA MARIA JORGE MEDEIROS SILVA - UFVJM



Prof. Dr.ª NOEMI CAMPOS FREITAS VIEIRA - UFVJM

DIAMANTINA

Para Luciene,
pelos incentivos e
empurrões.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Helena e minhas irmãs Janaína, Suzana e Luciene, pela paciência, compreensão e companheirismo nesta empreitada.

À Rosana, minha orientadora e desorientadora às vezes, ainda bem!

Às professoras Nádia Maria Jorge Silva, Noemi Campos Freitas Vieira, Regina Célia do Couto e Tereza Pereira do Carmo, pelas leituras e sugestões nesta caminhada.

Aos colegas Isabela Reis, Luís Carlos e Carlos Perini pelas risadas, choros e companhia nesta nossa caminhada.

Aos agentes públicos do Município de Jequitibá que me atenderam tão bem em todas as minhas incursões na Prefeitura, na Câmara municipal, na Biblioteca, na Secretaria de Educação Municipal e na Escola Municipal Lourismar Palhares Machado.

À UFVJM instituição que me permitiu estudar e crescer durante esse processo.

À UFMG e a Coordenadoria de Assuntos Comunitários da UFMG e a meus colegas de trabalho por todas as licenças, trocas de turno de trabalho e toda a compreensão pelo momento vivido.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema as relações de pertencimento afirmadas pelo poder público municipal de Jequitibá (MG), relacionadas às práticas comunitárias e principalmente à escola. A principal fonte de estudos é o documento *Nossa Cidade*, distribuído aos alunos nas escolas da rede municipal como complementação do material escolar. Tal documento advém da tradição oral e é uma compilação de dados, que descreve a memória e algumas lendas dos povoados que compõem o Município de Jequitibá. A partir da análise documental, busca-se alcançar o objetivo geral, qual seja, compreender como tal documento é utilizado na construção e na difusão de uma identidade cultural local que se quer preservar. Importa nesta investigação observar a estrutura textual e conceitual de *Nossa Cidade* e refletir sobre sua utilização pela rede de ensino municipal da cidade de Jequitibá (MG), sua inserção no currículo escolar, bem como avaliar a construção de uma identidade cultural coletiva almejada. O documento aqui será considerado como um monumento na perspectiva do historiador Jacques Le Goff (2013), pois esse documento é considerado um legado à memória coletiva do Município de Jequitibá. Para Le Goff, a monumentalização acontece pela utilização e apropriação que o poder faz do documento em nome da perpetuação da memória. No que tange aos estudos relativos ao currículo escolar, serão utilizados os pressupostos de Lopes e Macedo (2011) e Oliveira (2017) para avaliar dois aspectos: o currículo enquanto produtor de identidade e diferença e o caráter político do currículo escolar. Além dos supracitados, serão utilizados como base teórica os seguintes trabalhos: Anderson (2005), Candau (2013), Foucault (2003), Hall (2006), Manfio (2007), Nora (2017), Pollack (1989, 1992), Ricoeur (2007), Veiga (2000, 2003). Se, para os educadores, é imprescindível refletir sobre o modo como o sujeito histórico se compreende, torna-se fundamental pensar nas políticas educacionais e de currículo estabelecidas no cotidiano escolar, visto que todo homem é fruto de seu tempo, mas também é um ser singular que atua, interage e transforma a realidade em que vive.

Palavras-chave: Currículo. Escola. Identidade. Memória.

ABSTRACT

This research study focuses on the relationships of belonging established by the municipal government of Jequitibá, Minas Gerais state, Brazil, associated with communal practices as well as, most particularly, schooling. Our main source of data is a document entitled *Nossa Cidade* (Our City) which is distributed to students of the municipal school network as a complement to the regular school material. This document is based on the local oral tradition and consists in a compilation of data describing the memory and some legends of the villages that make up the Municipality of Jequitibá. From the documentary analysis, we seek to reach our main goal, that is, to understand how the document in question is utilized in the construction and diffusion of a local cultural identity that is sought to be preserved. This is done by examining the textual and conceptual structure of *Nossa Cidade* and reflecting on how it is used in the municipal schools of Jequitibá, how it is included in the school curriculum, as well as by examining the construction of this desired collective cultural identity. The document is taken here as a monument within Jacques Le Goff's (2013) perspective, since it is considered to be a legacy of the collective memory of the municipality of Jequitibá. For Le Goff, monumentalization takes place when public power appropriates and utilizes a document to perpetuate a particular memory. As regards studies concerning school curriculum, we draw on the assumptions of Lopes and Macedo (2011) and Oliveira (2017) to analyze two aspects: the curriculum as a producer of identity and difference and the political character of the school curriculum. In addition to these, other works referenced in this study are Anderson (2005), Candau (2013), Foucault (2003), Hall (2006), Manfio (2007), Nora (2017), Pollack (1989, 1992), Ricoeur (2007), Veiga (2000, 2003). If, for educators, it is crucial to reflect on the way the historical subject understands himself, it becomes critical to think about the educational and curricular policies adopted in daily school practice, since every man is a product of his time while also a unique being acting, interacting and transforming the reality he is inserted in.

Key-words: Curriculum. School. Identity. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Brasão Municipal	34
Figura 2 – Brasão do Folclore	36
Figura 3 - Festival de Folclore 2013	39
Figura 4 - Festival de Folclore 2017	40
Figura 5 - Festival de Folclore 2019	41
Figura 6 - FFJ - Apresentação das Escolas – Projeto Mostra Folclórica.....	61
Figura 7 - FFJ - Apresentação Escolas – Projeto Mostra Folclórica	61
Figura 8 - FFJ - Apresentação Escolas 2008 – Projeto Mostra Folclórica	61
Figura 9 - FFJ - Apresentação Escolas 2008	62
Figura 10: Localização de Jequitibá e suas comunidades.	74
Figura 11 - Organograma da Prefeitura Municipal de Jequitibá-MG.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relatos Nossa Cidade	70
---------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social de Jequitibá
CODEMIG	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
FFJ	Festival de Folclore de Jequitibá
FIC	Festival Internacional de Corais, Bandas e Congados
LDB	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
PPP	Projeto Político-Pedagógico.
SEC CULT	Secretaria Municipal de Esportes, Turismo, Juventude e Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	METODOLOGIA	29
3	DOCUMENTO DO QUÊ, DE QUEM, PARA QUEM?.....	33
3.1	A cidade do documento.....	33
3.2	O documento da cidade	42
3.3	A escola do documento	47
3.4	O documento da escola	48
3.5	O currículo da escola.....	57
4	MEMÓRIAS E IDENTIDADES	65
4.1	Da Memória	65
4.2	Da Representação.....	71
4.3	Do Esquecimento	73
4.4	Da Identidade	78
5	POR UMA POLÍTICA PÚBLICA MNEMÔNICA	81
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS	95
	ANEXO A – Ata de solenidade	101
	ANEXO B - Documento Nossa Cidade	103

1 INTRODUÇÃO

Enfim, tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso (cf. verdadeiro/falso), trata-se de pôr à luz as condições de produção (cf. modo de produção, produção/distribuição) e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder (cf. poder/ autoridade). (LE GOFF, 2013, p. 485).

O desenvolvimento de uma pesquisa não obedece a critérios lineares; a escrita, em grande parte, é permeada de pequenos trechos que vão se encaixando desde o surgimento dos questionamentos iniciais – que, muitas vezes, partem do cotidiano do pesquisador – até o delineamento de todo o processo da pesquisa. Os primeiros meses da presente investigação foram destinados a conhecer a documentação e fazer visitas à cidade de Jequitibá, principalmente aos arquivos da Prefeitura, à Biblioteca Municipal, à Câmara Municipal e à Escola Municipal Lourismar Palhares Machado¹.

O Arquivo Municipal se encontra no prédio da prefeitura e, no período das visitas, encontrava-se fechado para reforma². Na Biblioteca Municipal tivemos amplo acesso aos registros que a Prefeitura tem em sua posse sobre a fundação do município, seus primeiros habitantes e relatos sobre a cidade. Fomos à Câmara Municipal para procurar alguma legislação que corroborasse a hipótese de que o Município promove/promoveu uma política pública de valorização de uma identidade local, fundada nas tradições e práticas religiosas da comunidade.

Antes de prosseguirmos, é de fundamental importância explicitarmos o percurso inicial da documentação, desde o primeiro contato com o documento *Nossa Cidade* (2004) até sua efetivação em fonte primária de pesquisa³.

Desde minha infância, interessei-me por questões relacionadas à lembrança, assim como aos usos e abusos dela. Quando visitava algum lugar, qualquer lugar, que contivesse uma casa velha ou uma praça antiga, eu ficava pensando em como era antes. Eu perguntava para as pessoas do que elas se lembravam, pedia para que me contassem suas histórias e

¹ Em nossa última visita, ago/2019, informaram-nos que o Arquivo Municipal de Jequitibá se mudaria para o prédio da Biblioteca Municipal. Foram feitas cinco visitas à cidade e aos seus arquivos: dez/2017, mai/2018, set/2018, dez/2018, mai/2019 e ago/2019.

² Visita em 08 de maio de 2018.

³ Para consultar o arquivo na íntegra vide Anexo B.

ficava me perguntando como um mesmo lugar pode trazer lembranças tão diferentes a cada pessoa.

Quando iniciei o Ensino Médio, essas curiosidades só aumentaram quando, na escola, uma professora de História me falou sobre as relações entre memória, lembrança e História. Eu fiquei maravilhada e passei a fantasiar sobre como me tornaria aquela enciclopédia humana que consegue se lembrar de tudo, que sabe a história dos lugares. Nesse mesmo ano, perdi meu pai; lembrar era doloroso e, no auge da sabedoria adolescente, cheguei à conclusão de que precisaria crescer e deixar de lado as coisas de criança. Resolvi desconectar-me e buscar novas motivações. Meu interesse pelas lembranças, pela memória e pela História caiu no esquecimento.

Após terminar o Ensino Médio, eu estava perdida, sem perspectivas, apenas trabalhando e “vivendo minha vida”, como eu adorava dizer à minha mãe. Foi nesse momento que meu avô Jacob Lages, pai de minha mãe, ficou doente e precisava de cuidados, de modo que passou a morar conosco. Seu Jacó, como era chamado, era um incansável contador de “causos”, gostava de falar sobre suas memórias, sobre o local onde vivia e suas histórias. Esse contato despertou novamente meu interesse pela memória, pela lembrança e pela História.

Anos mais tarde, resolvi voltar a estudar e o curso de História foi minha primeira opção. A graduação me trouxe muitos esclarecimentos e me deixou milhares de dúvidas, abriu minha mente para uma série de oportunidades e para essa coisa chamada ciência. Passei a percorrer, então, o árduo caminho da teoria da História, o que motivava a sua escrita e qual a relação entre lembrança, memória e História.

Meu interesse pela Educação veio um pouco mais tarde, quando eu cursava uma pós-graduação *lato sensu* em Didática e Metodologia do Ensino Superior. Essa etapa de minha vida escolar abriu novos espaços e permitiu ampliar minhas motivações pessoais e acadêmicas. A reflexão sobre a formação educacional e a influência da História, seus usos e abusos, nessa formação passou a ser constante companhia nas horas vagas.

Foi então que, em visita à casa de minha mãe, me deparei com um documento que ela guardara para mim. Para ela, tal documento era importante porque relacionava seu Jacó, o meu avô, com os primeiros habitantes do povoado da Vargem Formosa, onde ela cresceu e vive atualmente. Como ela conhecia meu interesse pela formação histórica e também pelas lembranças e memórias que uma comunidade guarda de si, foi natural que esse documento

chegasse até minhas mãos. O documento *Nossa Cidade* (2004) é uma compilação de dados que advém da tradição oral e que descreve a memória e algumas lendas dos povoados que compõem o Município de Jequitibá. Sabemos que é uma fonte documental, um documento público endossado e publicado no *site* do município. Sabemos, também, que é distribuído aos alunos nas escolas da rede municipal, como complementação ao material escolar.

Ao investigar sua procedência, descobrimos que, para além da distribuição e uso na escola local, ele era disponibilizado no *site* da prefeitura. Ficou evidente que esse texto se tornou a principal fonte de informações sobre as origens do município e o testemunho ali registrado – a prova de sua historicidade e um claro interesse do poder público municipal em legitimar uma história diante sua comunidade – é utilizado como um instrumento de poder e de divulgação de uma representação do passado da cidade e uma orientação para o presente. Fiquei maravilhada com o tesouro que havia encontrado, pois é bastante raro uma cidade pequena como Jequitibá ter sua história escrita e organizada, mesmo que rusticamente. Independentemente dos padrões de intenção que houve para a construção desse documento, a meu ver, o que estava em minhas mãos era algo muito maior: um projeto político, um desejo de uma comunidade, ou de uma parcela dela. Nasceu assim uma preocupação social, pois, como integrante dessa comunidade, como educadora que sou, preocupo-me com as relações estabelecidas entre educação e sociedade.

Acredito que a escola é um dos lugares nos quais aprendemos a lidar com, e perceber, as diversas problemáticas que cercam o convívio em sociedade, quais sejam: sexualidade, saúde, capital, trabalho, cidadania, xenofobia, preconceitos culturais, preconceitos raciais, homofobia etc. É nesse convívio que nos defrontamos, na maioria das vezes (e, talvez, pela primeira vez), com a diversidade de uma identidade cultural. A sociedade, sempre em movimento contínuo de mudanças e transições, exige do cidadão uma habilidade de adaptação e de posicionamento crítico perante uma gama de situações cotidianas.

O conceito de sociedade é aqui entendido na perspectiva do sociólogo Norbert Elias:

A sociedade, com sua regularidade, não é nada externo aos indivíduos; tampouco é simplesmente um “objeto” “oposto” ao indivíduo; ela é aquilo que todo indivíduo quer dizer quando diz “nós”. Mas esse “nós” não passa a existir porque um grande

número de pessoas isoladas que dizem “eu” a si mesmas posteriormente se une e resolve formar uma associação. As funções e relações interpessoais que expressamos com partículas gramaticais como “eu”, “você”, “ele”, “ela”, “nós” e “eles” são interdependentes. Nenhuma delas existe sem as outras. E a função do “nós” inclui todas as demais. Comparado àquilo a que ela se refere, tudo o que podemos chamar “eu”, ou até “você”, é apenas parte. (ELIAS, 1994, p. 25).

Para o autor, sociedade e indivíduo são elementos indissociáveis. O “eu” e o “nós” devem ser entendidos como um *continuum* histórico autônomo (uma sociedade) que não existe como uma estrutura fora do indivíduo, nem um indivíduo existe fora dela. Assim, é imperativo perceber as identificações que são construídas na escola, e pela escola, do indivíduo e da comunidade. Pensar nessa construção a partir do documento *Nossa Cidade* (2004) é pensar nas identificações que o Estado, aqui na figura do poder público municipal, quer legitimar. É refletir sobre o “eu” e o “nós” determinados politicamente. O documento possibilita diferentes leituras dos processos históricos e sociais de formação da comunidade de Jequitibá e, ao levar esse relato para dentro da escola, o Estado constrói e promove uma imagem identitária da comunidade.

Compreendemos o conceito de identidade, sob o viés dos estudos culturais, como um sentimento de pertencimento a realidades, como algo culturalmente formado. Nessa perspectiva, a noção de um sujeito com uma identidade única, homogênea e centralizada perde espaço para um sujeito plural, heterogêneo e descentralizado. Como afirmou o cientista social Stuart Hall, “as identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história” (HALL, 1996, p. 70). Assim, quando passamos a refletir sobre as narrativas formadoras de uma identidade local, escolhidas pelo poder público municipal e integrantes do currículo escolar da cidade, estamos problematizando os discursos e as construções do “eu” e do “nós” que o Estado quer solidificar no espaço escolar.

Atualmente, vivemos momentos de intenso debate em torno da definição curricular, debate este que envolve desde o movimento “Escola sem Partido” até as “pequenas” decisões de ordem política sobre o que se deve ou não dizer em sala de aula, sem descurar, é claro, da reforma do ensino médio aprovada recentemente. O frágil momento político que vivemos reflete tendências de interesses econômicos, culturais, religiosos e morais que interferem diretamente no que deve ou não se tornar conteúdo escolar. O professor Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais, lembra, em

seu artigo *Os estudos históricos sobre o currículo e as disciplinas escolares: das preocupações com as práticas escolares para o mundo da pesquisa acadêmica*, o caráter político das escolhas dos conteúdos escolares:

(...) nada é neutro, inocente ou natural no processo de definição daqueles conhecimentos legitimados como dignos de serem transmitidos nas escolas, sejam científicos, artísticos, linguísticos ou quaisquer outros. Cada sociedade definirá nos seus próprios termos o que pretende da escola e produzirá as condições para transmitir alguns saberes em detrimento de outros. (OLIVEIRA, 2017, p. 4)

Nada é neutro! Perguntamos apenas por quê? Ora, a inserção do documento *Nossa Cidade* (2004) no currículo escolar se revela como um dos constantes estímulos que o município sustenta à preservação e à valorização de uma identidade cultural local. O esforço na divulgação e na utilização das manifestações culturais locais pode ser observado em quatro momentos distintos: seja de caráter monumental (cultura do monumento), como é o caso da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento⁴; seja de caráter identitário por fazer uso de um epíteto, o título popular de “capital mineira do folclore” convencionado em 1991 pelo prefeito Geraldo Antônio Saturnino; seja de caráter comemorativo por meio do tradicional e anual Festival de Folclore de Jequitibá, que conta com um amplo envolvimento da população da cidade, da prefeitura e das escolas locais; seja de caráter instrumental por institucionalizar a memória que o poder público municipal quer preservar através do documento *Nossa Cidade* (2004).

Duas dessas manifestações estão inseridas no currículo escolar: o documento *Nossa Cidade* (2004), utilizado como fonte de estudo para aulas de História e Literatura, e o Festival de Folclore de Jequitibá, que tem espaço reservado em sua programação para apresentações das escolas locais. Seja por fatores comerciais, seja por fatores educacionais, percebemos que o município de Jequitibá adotou uma política educacional municipal de longo prazo, fortemente amparada na valorização e na construção de uma identidade cultural local.

⁴ “A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento” foi tombada por meio do decreto estadual n.º 19.872, de 20 de março de 1979, para ser inscrita no Livro de Tombo n.º II, de Belas Artes, e no Livro de Tombo n.º III, Histórico, das Obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos. Disponível em < <http://www.iepha.mg.gov.br/duvidas-frequentes/68-sobre-o-iepha--mg>.> Acesso em 20 ago. 2017.

A professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro Alice Casimiro Lopes aponta para o caráter político do currículo e das escolhas em torno dele:

Toda política curricular é, assim, uma política de constituição do conhecimento escolar: um conhecimento construído simultaneamente para a escola (em ações externas à escola) e pela escola (em suas práticas institucionais cotidianas). Ao mesmo tempo, toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção da cultura e é um campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre sujeitos, concepções de conhecimento, formas de entender e construir o mundo. (LOPES e MACEDO, 2011, p. 112).

O currículo pertence à própria luta pela produção de significado, pela legitimação, e, por isso, é preciso pensar novas formas de se conceber o currículo: “não mais como seleção de conteúdos ou de uma cultura, mas como uma produção cultural.” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 92).

Esse pensamento vai ao encontro do que afirmou Selva Guimarães Fonseca em seu livro *Didática e Prática do Ensino de História*, no qual ela ressalta o caráter político do currículo: “As diretrizes e os textos curriculares, como elementos de políticas educacionais, são – como bem sabemos – veiculadores de ideologias, de propostas culturais e pedagógicas com poder de penetração na realidade escolar”. (FONSECA, 2003, p. 33)

As histórias apresentadas no documento *Nossa Cidade* (2004) tecem histórias de vida, relatam experiências; cada qual reflete uma experiência pessoal, mas também comporta as experiências da comunidade onde vivem/viveram aqueles que as relataram. Sabemos que todo homem é fruto de seu tempo, mas também é um ser singular que atua, interage e transforma a realidade em que vive. Como educadores, é imprescindível refletirmos sobre o modo como esse sujeito histórico se compreende, o que torna fundamental pensarmos as políticas educacionais que são estabelecidas no cotidiano escolar. Isso porque, ao estabelecermos a formação que se deseja proporcionar a esses sujeitos, a escola contribui para o tipo de atuação que estes terão na sociedade.

Sempre estudei em escolas públicas, cursei uma universidade pública e acreditei que deveria devolver para a sociedade, de alguma forma, a oportunidade que me foi dada. Fez-se necessário, assim, transformar minhas motivações acadêmicas históricas e pedagógicas, minha curiosidade de infância pela lembrança e pelos lugares em um projeto de pesquisa. Quando houve a oportunidade de concretizar esse plano, tomei a decisão estratégica

de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Esse programa oferece uma experiência que, para mim, é muito importante: a interdisciplinaridade de seu corpo docente e a relação de vários desses professores com a educação do campo. A linha de pesquisa *Currículos, avaliação, práticas pedagógicas e formação de professores* adequou-se perfeitamente às minhas pretensões de pesquisa, na medida em que o fio condutor da problemática proposta é de natureza curricular. Nosso intuito, através dessa pesquisa, é perceber o uso que o poder público faz da memória que ele legitima, fomenta, escolhe e adéqua às diretrizes curriculares, transformando-a em conteúdos escolares aplicados dentro e fora do ambiente escolar.

Na pós-graduação, sob a orientação da professora Rosana Baptista, nosso primeiro desafio foi: como apresentar um estudo com fundamentos científicos de um documento encomendado? Carregado de intencionalidade em sua produção, seu uso apresentou-se como um fator intensificador e multiplicador das relações de poder estabelecidas nesta pequena comunidade. O conceito de comunidade que mais se aproximou de nossa proposta foi o de *comunidades imaginadas*, de Benedict Anderson. Para o autor, trata-se de “comunidades que se concebem a si próprias como intrinsecamente limitadas e cujos membros, apesar de nunca virem a conhecer, encontrar, ou sequer ouvir falar da maioria dos outros membros da sua comunidade, têm em mente a imagem da sua comunhão”. (ANDERSON, 2005, p. 25). A comunidade é “imaginada” porque supera as tradicionais barreiras territoriais e adentra o campo da representação, do pertencimento, construídos pelos seus membros.

Longe de acreditar no insidioso argumento de que um documento possa ser isento de intencionalidade, tivemos por preocupação estabelecer critérios de cientificidade que iriam transformar o “bate-papo” da cozinha de minha mãe em uma pesquisa acadêmica. Pedro Demo (1985) ressalta que pensar cientificamente é fazê-lo de forma estruturada, organizada, metodológica; e, para que o discurso possa ser reconhecido como científico, precisa ser lógico, sistemático, coerente e sobretudo, bem-argumentado. Mas o pensar não se reduz a uma tarefa acadêmica, pois é um atributo humano. Agora, o conhecimento científico é uma operação metodológica e sua importância “está em sua potencialidade disruptiva: sua qualidade mais profunda não é constatar, afirmar, verificar, mas questionar” (DEMO, 2002, p. 361). O questionamento organizado, a crítica sistematizada ajuda-nos a ultrapassar a barreira do senso comum. Dessa forma, entendemos que, para além da explanação sobre nosso objeto,

objetivos e conclusões, é preciso também explicitar as dificuldades e os impasses que nos cercaram. Começaremos com as dificuldades mais pertinentes ao nosso trabalho científico, que são pontuais, para depois adentrarmos o objeto de estudo.

Levantamos duas dificuldades que necessitaram de atenção: a primeira e maior preocupação relacionou-se aos poucos dados sobre a produção e realização da pesquisa que deu origem ao documento *Nossa Cidade* (2004). Não conseguimos encontrar os questionários aplicados e quaisquer outros dados sobre a produção desse material; tivemos acesso apenas ao produto final apresentado à comunidade. Concordamos com Carlos Bacellar que, ao expressar sua preocupação sobre a necessidade de se conhecer “da melhor forma possível” o contexto de produção de um documento, explica:

Ao iniciar a pesquisa documental, já dissemos que é preciso conhecer a fundo, **ou pelo menos da melhor forma possível**, a história daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental, mas surpreende que muitos ainda deixem de lado tais preocupações. (BACELLAR, 2008, p. 63, grifo nosso)

O que sabemos é que esse documento foi produzido pelo Gabinete da Prefeitura Municipal de Jequitibá e que as entrevistas foram dirigidas pelos agentes públicos municipais daquele período. Podemos inferir o engajamento desses agentes públicos na produção do material, uma vez que as entrevistas foram conduzidas por eles. Longe do rigor positivista no que tange ao tratamento das fontes, acreditamos que a solução para esse problema se deu no olhar que o pesquisador imprimiu sobre a principal característica do documento, que é sua capacidade testemunhal; ele é uma prova, um papel justificativo.

A segunda dificuldade se deu em função de o documento não ter sido elaborado com finalidade educacional, embora seja aplicado como material extra nas aulas de História e Literatura. Inserido no currículo escolar e de caráter híbrido, pois oscila entre a história e a ficção, a própria escrita denuncia essa discrepância ao utilizar a palavra “histórico” e não “história”⁵. Observem-se as definições dadas aos verbetes pelo dicionário Houaiss:

⁵ No documento encontraremos os subtítulos: “Breve Histórico”, “Históricos dos povoados de Jequitibá”, “Histórico do povoado de Dr. Campolina”, “Histórico do povoado do Bebedouro” etc.

his.tó.ri.co *adj.* 1 relativo à evolução da humanidade [transformações h.] 2 célebre, importante [momento h.] 3 p.ext. **digno de ser lembrado; memorável** [um gol h.] 4 que existiu; real [uma figura h. e não lendária] ⊃ fictício ~ historicidade *s.f.* (HOUAISS, 2010, p. 409, grifo nosso)

his.tó.ria *s.f.* 1 conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade, segundo o lugar, a época, o ponto de vista escolhido → inicial freq. maiúsc. 2 tratado ou resumo desses conhecimentos **3 ciência que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo específico** [professor de H.] → inicial freq. maiúsc. 4 conjunto de dados sobre o indivíduo, coisa, arte, etc. 5 a evolução da humanidade ao longo do seu passado e presente → inicial freq. maiúsc. 6 narração de eventos fictícios ou não; narrativa; estória [a h. de um filme, de um livro] * GRAM/USO dim.irreg.: historieta # h. da carochinha *loc.subst.* conto popular com elementos fantásticos • h. em quadrinhos *loc.subst.* sequência de desenhos, ger. com diálogos em balões, que contam uma história • *loc.subst.* estudo e descrição dos seres existentes na natureza. (HOUAISS, 2010, p. 408, grifo nosso)

Grifamos na explicação dos verbetes o que diferencia as duas palavras, entendendo “histórico” como aquilo que é “digno de ser lembrado, memorável” e “história” como “ciência que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo específico”. A distinção entre um verbete e outro é mínima. A principal diferença que destacamos é o caráter científico da História, não invocado no documento. O que não o impediu de se tornar a principal fonte de referência sobre a história do município, nem de ser usado como legitimador de um passado escolhido.

O uso de *Nossa Cidade* no âmbito escolar mostra-nos um direcionamento ativo para a difusão de um passado escolhido e legitimado pelo poder público municipal. Isto não impede que esse material proporcione o desenvolvimento de situações em sala de aula nas quais a cultura e os conhecimentos dos alunos sejam utilizados como instrumentos de ensino. Portanto, estudá-lo e examinar a forma como ele se insere no cotidiano e no currículo escolar torna-se imprescindível para o vermos enquanto instrumento de poder, como apontado na epígrafe deste capítulo. O problema foi transformado em objetivo geral: o de compreender como o documento, a partir do sistema educacional de ensino municipal de Jequitibá (MG), é utilizado na construção e na difusão de uma identidade cultural local que se pretende preservar.

Quanto à escrita e à estruturação da dissertação, desenvolvemos um objetivo específico por capítulo. No capítulo 1, “Documento do quê, de quem, para quem?”, fazemos a análise dos documentos *Nossa Cidade* e do PPP da Escola Municipal Lourismar Palhares Machado, assim como de suas relações com a cidade e com a escola. Interessa-nos perceber a utilização destes textos na cidade e pela cidade, na escola e pela escola; refletir sobre sua

estrutura textual peculiar e, principalmente, responder ao seguinte questionamento: qual é o papel de *Nossa Cidade* (2004) no processo educacional da comunidade jequitibaense? O capítulo discute o objetivo específico de explicar a estrutura do documento *Nossa Cidade* (2004), demonstrando como o texto utiliza entrevistas, relatos, fatos e lendas locais para compor uma imagem da cidade e da escola.

No capítulo 2, abordamos os conceitos de memória, esquecimento, identidade e representação, explicitando-os e relacionando-os às definições constatadas a partir da documentação, assim como as relações estabelecidas na documentação e a inserção desses conceitos no currículo escolar. Respondemos ao questionamento: quais identidades e identificações podem ser construídas ou esquecidas a partir da utilização do documento *Nossa Cidade* como conteúdo escolar? O capítulo relaciona-se com o objetivo específico de avaliar a construção de uma identidade cultural da escola e do município de Jequitibá (MG) no documento em questão.

O capítulo 3, “Por uma política pública mnemônica”, analisa como as políticas públicas colaboraram na construção de uma identidade cultural local para a comunidade, a partir da escola. Refletimos sobre o caráter político do currículo escolar na Escola Municipal Lourismar Palhares Machado (povoado da Onça) e discutimos o último questionamento: qual imagem ou sentimento de pertencimento, à escola e à comunidade, a utilização de *Nossa Cidade* (2004) no meio escolar constrói? Esse capítulo relaciona-se com o objetivo de descrever como o material é utilizado pela rede de ensino municipal da cidade de Jequitibá (MG).

2 METODOLOGIA

Definir a trajetória metodológica de uma pesquisa nem sempre é tarefa fácil. São os pequenos detalhes e o foco nos procedimentos que o pesquisador adota para construir seu conhecimento que asseguram a validade deste enquanto conhecimento científico. Antônio Carlos Gil (2002) afirmou que para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Para conhecer o objeto de estudos proposto, fizemos uma pesquisa documental a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos explicativos e procedimentos documentais. Entendemos por pesquisa documental aquela que tem como fonte principal ou fontes principais o documento em seu estado bruto, sem tratamento analítico:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45)

Nossas fontes são o documento *Nossa Cidade* (2004), disponibilizado no *site* da prefeitura de Jequitibá/MG⁶, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Lourismar Palhares (2016) e a Lei Orgânica de Jequitibá/MG, revisada e promulgada em 23 de dezembro de 2004 (2004 b). Esses documentos estão em seu estado bruto, não sofreram modificações ou adaptações após sua escrita. O documento *Nossa Cidade* (2004) orientou os questionamentos a que pretendemos responder com a presente pesquisa: qual é o papel desse documento no processo educacional da comunidade jequitibaense? Qual imagem ou sentimento de pertencimento, à escola e à comunidade, sua utilização no meio escolar constrói? Que identidades e identificações podem ser construídas ou esquecidas a partir dessa utilização como conteúdo escolar? O documento em questão foi o fio condutor e principal fonte desta pesquisa. O PPP (2016), uma fonte secundária, ajudou-nos a conhecer a escola estrutural e ideologicamente, assim como sua relação com a comunidade e com o poder

⁶ Endereço eletrônico do site da prefeitura: <http://www.jequitiba.mg.gov.br/site/>.

público municipal. A Lei Orgânica Municipal, outra fonte secundária, ora nos ajudou a confrontar *Nossa Cidade* (2004), ora apoiou nossos questionamentos e conclusões durante a pesquisa.

Torna-se imprescindível descrever o que entendemos por “documento” e como foi tratada a fonte desta pesquisa, como a olhamos, lemos, enfim, dialogamos com ela. Nesta investigação, consideramos documento como um material de memória, resultado de um esforço coletivo de um grupo para deixar registrado um vestígio. Os materiais de memória apresentam-se de duas formas principais: “os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador” (LE GOFF, 2013, p. 485). O conceito de documento que adotamos é aquele apresentado pelo historiador Jacques Le Goff:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. **O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento** (para evocar a etimologia) que ele traz deve ser em primeiro lugar analisados desmitificando-lhe o seu significado aparente. **O documento é um monumento.** Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (2013, p. 496, grifo nosso)

Nossa Cidade (2004) comprova e valida um passado representado, escolhido. É resultado de um esforço feito pelo poder público municipal para deixar registrado o testemunho e que teve na memória coletiva seu principal fator legitimador. Ao olhar esse documento como um testemunho, como algo que foi feito para a posterioridade, estamos tratando-o como um documento/monumento. Para Le Goff (2013), os monumentos ligam-se à memória voluntária ou involuntária, pois têm o poder da perpetuação e, por isso, devemos perscrutá-los como documentos. Já os documentos devem ser tratados como monumentos; mais do que nos preocuparmos quanto à veracidade ou falsidade do seu conteúdo, devemos avaliá-los em toda a sua amplitude – a representação e a orientação de um passado, de uma identidade, escolhidos a partir de memórias selecionadas.

Como dito anteriormente, o documento *Nossa Cidade* (2004) foi produzido a partir dos esforços dos agentes públicos municipais. Da memória invocada no documento cria-se o que Pierre Nora chamou de *lugar de memória*:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários,

organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 2012, p. 13)

O poder público municipal escolheu e criou um vínculo para estabelecer uma representação sobre o passado; ao tratarmos o documento, também, como um lugar de memória, estaremos empenhados em desvendar esse movimento criado entre representação e memória. Nosso questionamento perpassa a forma de difusão escolhida para a comunidade, que é a aplicação do documento na escola.

Acredita-se que a imagem de cidade, o passado representado da cidade serve como instrumento para justificar uma campanha de finalidades comerciais. Ao vincular o passado de Jequitibá ao epíteto “capital mineira do folclore”, principalmente através do documento *Nossa Cidade* (2004), o poder público municipal está cumprindo com duas ações determinadas em sua lei orgânica. Na subseção que trata do desenvolvimento do turismo, no Artigo 255, estão listados entre os deveres municipais:

IV – regulamentar o uso, ocupação e fruição de bens naturais e culturais de interesse turísticos e proteger o patrimônio ecológico e histórico-cultural e incentivar o turismo social; (JEQUITIBÁ-MG, 2004 b, p. 131)

V – promover a conscientização do público para preservação e difusão dos recursos naturais e do turismo, como atividade econômica e fator de desenvolvimento; (JEQUITIBÁ-MG, 2004 b, p. 131)

Podemos afirmar com clareza, a partir desses dois incisos, que o Poder Público Municipal se responsabiliza pela conscientização, preservação e difusão do turismo. Acreditamos que há uma relação direta entre a disseminação do documento *Nossa Cidade* (2004) nas escolas e o desenvolvimento do turismo como atividade econômica e que esta ação resultou em um projeto político de cunho identitário. Essas relações entre turismo e escola serão desenvolvidas mais à frente. Mencionamo-las agora para demonstrar o olhar e a leitura que imprimimos ao documento.

3 DOCUMENTO DO QUÊ, DE QUEM, PARA QUEM?

Este capítulo dedica-se, em linhas gerais, à apresentação da cidade, da escola e dos documentos *Nossa Cidade* e *Projeto político pedagógico da Escola Municipal Lourismar Palhares Machado*, bem como à crítica destes. Interessa-nos perceber a utilização destes textos na cidade e pela cidade, na escola e pela escola, refletir sobre sua estrutura textual peculiar e, principalmente, responder ao seguinte questionamento: qual é o papel deste documento no processo educacional da comunidade jequitibaense? Este capítulo discute o objetivo específico de explicar a estrutura do documento *Nossa Cidade* (2004), demonstrando como o texto utiliza entrevistas, relatos, fatos e lendas locais para compor uma imagem da cidade e da escola.

3.1 A cidade do documento

O município de Jequitibá é localizado às margens do Rio das Velhas, na Zona Metalúrgica e região central de Minas Gerais, com extensão territorial de 445 km². O nome Jequitibá foi dado em homenagem à espécie vegetal achada em abundância no município: a *Cariniana estreclenis*, da família das *lecythidaceae*, árvore frondosa de altura mediana, variando de 35 a 45 metros, mais conhecida como jequitibá branco. As primeiras referências ao município são do século XVII, mais precisamente 1680, com a chegada do bandeirante português José de Seixas Borges, pertencente à comitiva de Fernão Dias. Segundo o livro *História Antiga de Minas Gerais*, José de Seixas Borges “entrou pelo sertão do Uaimi (Rio das Velhas) e fundou o município de Jequitibá, tornando-se senhor das vastas terras entre esse rio e o Paraupava (Paraopeba)” (VASCONCELOS, 1999, p. 214).

O rápido desenvolvimento da região se deu a partir de dois fatores. Primeiro, a exploração do ouro e platina encontrados nestas terras, o que elevou José de Seixas Borges a procurador da Fazenda Real e administrador de algumas cartas de sesmarias da Coroa Portuguesa. Segundo, o tipo de acesso à região, que se dava por dois meios, terra e água; por terra havia uma estrada que passava nos sertões de Minas Gerais até os currais da Bahia, hoje conhecida como Estrada Real; pela água, podia-se chegar pelo Rio das Velhas, que no século XVII era navegável. Esses dois caminhos possibilitavam a comunicação e o fácil trânsito de mercadorias pelo sertão mineiro e outras capitânicas.

Em 1867, o deputado Padre Agostinho Francisco de Souza Paraíso conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa da Província uma lei que transferia a capital das Minas Gerais de Ouro Preto para Jequitibá, mudança que não ocorreu por impedimentos monetários do Tesouro Estadual: a lei foi vetada devido à situação precária do Tesouro Estadual e às dificuldades que ela acarretaria. Emancipado em 27 de dezembro de 1948, o município é composto administrativamente por vinte povoados e um distrito. O censo IBGE/2010 estimou a população em 5.319 habitantes, 70% dos quais encontram-se na zona rural. Sua economia é essencialmente agrária e concentrada principalmente nas atividades agropecuárias e hortifrutigranjeiras.

Os símbolos municipais definidos pelo poder público municipal são o Brasão Municipal, o Brasão do Folclore e o Hino Municipal. Dos símbolos municipais apenas o hino não entrará em nossa análise. Observe-se a figura abaixo:

Figura 1 – Brasão Municipal



Fonte: Prefeitura Municipal de Jequitibá – MG.

Esta imagem é descrita no *site* da Prefeitura da seguinte forma:

A torre representa as coroas do congado de Jequitibá, as mais antigas de Minas Gerais.

Os mastros (marrons) representam as expedições dos bandeirantes.

As 2 estrelas representam os 2 distritos – município sede (Jequitibá) e o povoado de Dr. Campolina.

A árvore que deu o nome à cidade – Jequitibá.

A figura de um chifre representa a atividade econômica (pecuária).

As figuras na cor verde representam as matas ciliares (agricultura).

A figura na cor branca entre as matas ciliares representa o Rio das Velhas.

A figura oval representa a lagoa Pedro Saturnino, localiza-se no centro da cidade de Jequitibá.

A figura da cruz na cor laranja sobre um cálice representa o protetor da cidade, o Santíssimo Sacramento.

A data 1º de janeiro de 1949 – data de emancipação do município. (JEQUITIBÁ-MG, 2019).

Observe que há uma orientação para a leitura da imagem: a descrição segue de cima para baixo e da esquerda para a direita. Não conseguimos descobrir a data em que o Brasão Municipal foi criado, entretanto, podemos afirmar que ele é anterior à década de 1980 por já constar em publicações do poder público municipal.

Sobre essa imagem, chama a atenção o fato de que há referências no Brasão Municipal a dois passados da cidade, e que, no documento *Nossa Cidade* (2004), um passado é reverenciado – a relação com as guardas de congado e conseqüentemente com o folclore – e outro é esquecido – as expedições dos bandeirantes. O filósofo Paul Ricoeur coloca o problema do esquecimento duplamente “como apagamento dos rastros e como falta de ajustamento da imagem presente à impressão deixada como que por um anel de cera” (RICOEUR, 2007, p. 27). Nessa perspectiva, o esquecimento é dado como uma disfunção ou apagamento dos rastros, contra o qual a memória se exercita. Ricoeur chama a atenção para o fato de que “é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo” (p. 455). Houve, sim, a promoção do esquecimento em *Nossa Cidade* (2004), mas voltaremos a essa comparação mais tarde ao analisarmos o documento.

O outro símbolo municipal é o Brasão do Folclore:

Figura 2 – Brasão do Folclore



Fonte: Prefeitura Municipal de Jequitibá – MG.

Esse símbolo foi criado em 02 de julho de 1988 por Osvaldo Saturnino, Francisco Henricus Van Der Poel (Frei Chico) e Geraldo Inocência de Souza. O *site* da prefeitura descreve o símbolo como se segue:

A figura da coroa representa a coroa de Nossa Senhora do Rosário, a Rainha do Congado.
A figura da árvore representa a antiga árvore situada à beira do Rio das Velhas.
A figura do triângulo representa o Triângulo da Santíssima Trindade.
A figura dos três tambores representa os instrumentos do CANDOMBE: o 1º instrumento tem o nome Chama (é o maior), o 2º Santana (médio) e o 3º Santaninha, também chamado de Cambito (menor). Os três instrumentos foram feitos de uma madeira só e segundo o Sr. Geraldo Inocência possuem aproximadamente 300 anos.
A cor amarela representa o ouro encontrado no Rio das Velhas.
A corrente representa os escravos. (JEQUITIBÁ-MG, 2019).

A legenda descreve a imagem de baixo para cima e traz referências à religião católica, à exploração de ouro no Rio das Velhas e à escravidão. Um dado interessante que esse Brasão traz é a referência ao candombe, um ritmo proveniente da África.

A tradição do candombe mineiro é entrelaçada pela mística de um catolicismo negro evidente nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, em diálogo com as religiões brasileiras de matrizes banto, com uma forte dimensão organizacional oriunda dos

reinados ancestralmente africanos, dos quais o Reino do Congo é um dos mais significativos. Os fundamentos míticos e espirituais dessa tradição estão intimamente vinculados a troncos ancestrais de reinados, no caso dos Reis Congos, por exemplo, e aos diversos grupos ritualísticos de cortejo (...) (ARAÚJO; QUEIROZ, 2014, p. 226)

A evocação do candombe tanto na imagem quanto na legenda é a celebração e a legitimação da tradição, é a memória sendo exercitada. Nesses dois símbolos municipais a memória é exercitada e o “exercício da memória é o seu uso, ora, o uso comporta a possibilidade de abuso” (RICOEUR, 2007, p.72). Ricoeur apresenta a memória como sendo pragmática; ela deve ser exercitada, e seu exercício é capaz de interferir em sua dimensão veritativa. Esta é a nossa capacidade natural em relacionar memória e verdade – quando pensamos em memória, automaticamente a relacionamos a algo verdadeiro, à fidelidade às lembranças e ao passado. Acreditamos que houve um abuso da memória, mas comprovar este abuso é algo difícil, pois é na sua presença constante que ele reside.

Dando sequência à apresentação da cidade de Jequitibá, de acordo com a publicação no *site* da Prefeitura de Jequitibá, são consideradas festas tradicionais municipais: o Carnaval; as comemorações da Semana Santa (sexta-feira santa), com o Quadro Vivo, no qual é feita a encenação da paixão e morte de Cristo ao ar livre, “numa área de aproximadamente 1500 m² com aproximadamente 300 (trezentos) figurantes: atores amadores, que em sua totalidade, são moradores do município de Jequitibá”; a Festa do Santíssimo (3º domingo de julho), comemorada com todas as comunidades (os 21 povoados) e “acompanhada de ritos católicos e procissão iluminada, com 09 (nove) dias de orações (Novena), encerrando-se sempre no domingo”; a **Festa do Folclore** (geralmente na segunda semana de setembro), sobre a qual voltaremos a falar com maior propriedade; a **Festa do Cavalo** (mês de julho), que inclui em sua programação as provas funcionais, concursos de marchas e shows; a **Festa de Nossa Senhora do Rosário e do Divino Espírito Santo** (mês de outubro), festejo popular e católico. (2019b). Dessas, atemo-nos apenas à Festa do Folclore, em função da inserção das escolas de Jequitibá nessa festividade.

FESTA DO FOLCLORE – (09 e 10 de setembro de 2006) Todas as apresentações são voltadas para a igreja católica, dividem-se em dança, música e canto. O que diferencia as apresentações de Jequitibá é a riqueza e o número de cada apresentação, pois cada grupo tem mais de cinco cantos, danças e músicas com características próprias. **A festa é realizada pela Prefeitura e conta com presenças de: Frei Chico /Grupos Folclóricos de Jequitibá e de diversos lugares/**

Secretaria M. de Educação / Escolas Municipais e Estaduais / Bandas de Música / Fanfarras, Conselho M. de Cultura e atualmente o PETI. É comemorada com várias atrações, tais como: Exposição Folclórica / Danças Folclóricas / Apresentações dos Grupos Folclóricos / Missa Conga / Barraquinhas com exposições e vendas de artesanatos e comidas típicas. A festa é realizada durante 02 (dois) dias, sendo, Sábado e Domingo, recebemos em torno de 4.000 visitantes. É realizada com Cerimonial de abertura, incluindo o hasteamento da Bandeira do Folclore de Jequitibá. MAIORES SÁBIOS DE JEQUITIBÁ: Nelson Jacó; Raimundinho das Perobas; Zacarias; Zé de Ernestina; D. Elza; Geraldo Inocêncio; Zaninho; Sr. Toninho de Jequitibá. FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E DO DIVINO ESPÍRITO SANTO (data móvel) É realizada em todas as comunidades do município (21 povoados), cada um com sua característica folclórica e religiosa. No município sede, a festa do Divino e de N. Sra. do Rosário são realizadas juntas, porém nas comunidades são realizadas separadamente, cada uma tem o seu dia. As datas são definidas com o pároco da cidade no início de cada ano, são de conformidade para evitar que sejam realizadas mais de 02 festas no mesmo domingo. São eleitos os Reis e Rainhas do ano, através de: (sorteio, e/ou promessa), de acordo com o costume de cada comunidade; Conta-se com a presença de Reis congos e diversos congados de toda a região de Sete Lagoas. As comunidades se integram e os grupos se apresentam simultaneamente. (JEQUITIBÁ-MG, 2019b, grifo nosso)

A Festa do Folclore, ou, como é conhecido na região, o Festival do Folclore de Jequitibá, é a festa tradicional municipal que guarda o maior número de esforços para a sua realização. A descrição da festa aponta para alguns dados, como a participação de grupos das cidades vizinhas, de grupos folclóricos tradicionais de Minas Gerais e das escolas locais e grupos relacionados com atividades educacionais infantis, como o Centro de Referência de Assistência Social de Jequitibá (CRAS) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). A festa é documentada todos os anos, há um *site* dedicado anualmente para esse evento e ampla divulgação nas mídias sociais. Apresentamos os encartes dos anos de 2013, 2017 e 2019. Estes três encartes demonstram o empenho e o compromisso anual que o Poder Público tem para com essa festividade. Observe-se que, a cada ano, uma temática é escolhida:

Figura 3 - Festival de Folclore 2013



Fonte: Prefeitura Municipal de Jequitibá – MG.

Nesse ano, 2013, a homenagem feita foi ao bumba meu boi, ou boi-bumbá. Segundo Câmara Cascudo:

Bumba é a interjeição, *zás*, valendo a impressão de choque, batida, pancada, Bumba-Meu-Boi será “Bate! Chifra, meu Boi!” voz de excitação repetida nas cantigas do auto, o mais popular, compreendido e amado do Nordeste, o “folgado brasileiro de maior significação estética e social”. (CASCUDO, 1972, p. 192).

Esse auto do folclore brasileiro, muitas vezes conhecido apenas como uma dança, foi reverenciado nesse ano através de apresentações e da oficina *Caretas para o Boi-Bumbá*, cujo objetivo era “compartilhar a pesquisa do artista Sandro Medeiros sobre o Bumba-Meu-Boi ou Boi-Bumbá, exemplificando sua diversidade e apontando características peculiares a cada região”. (JEQUITIBÁ-MG, 2013).

Figura 4 - Festival de Folclore 2017



Fonte: Prefeitura Municipal de Jequitibá – MG.

Em 2017 a homenagem foi à própria cidade. Além da programação tradicional, o evento contou com a divulgação e com recursos do Fundo Estadual de Cultura e da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) (MINAS GERAIS, 2017). O empenho em divulgar esse festejo supera as barreiras geográficas quando o poder público municipal não só integra outras comunidades e municípios no festival, como também busca recursos para sua promoção junto ao Governo Estadual.

Figura 5 - Festival de Folclore 2019



Fonte: Prefeitura Municipal de Jequitibá – MG.

Para o ano de 2019 a organização do festival compôs uma importante parceria com o Festival Internacional de Corais, Bandas e Congados (FIC):

O FIC, que este ano tem a temática “POVOS NEGROS”, fará sua abertura no Festival de Folclore de Jequitibá trazendo, entre muitas atrações, a Família Alcântara e Guarda de Congo, da Comunidade dos Arturos, dois grandes representantes da Cultura Popular do Brasil. (JEQUITIBÁ-MG, 2019c).

Essa parceria demonstra a inserção e a valorização de grupos ligados às Guardas de Congado do Festival de Folclore de Jequitibá, é o reconhecimento externo da importância e da tradição dessa festividade. Observe-se que o próprio Poder Público reconhece, entre os objetivos do festival, não só a valorização das manifestações culturais, como também a capacidade do festival em ser ponto essencial para o desenvolvimento do turismo na cidade.

Com o título de Capital Mineira do Folclore, Jequitibá faz do evento um momento único de reunião das inúmeras manifestações folclóricas do município e da região com o objetivo de ampliar o acesso e o desenvolvimento cultural da comunidade, atrair o turismo, trabalhar e valorizar as manifestações culturais. (JEQUITIBÁ-MG, 2019c).

É preciso ater-se ao fato de que comemorar não é somente um exercício lúdico de representação mnemônica de um acontecimento, mas também se constitui numa experiência coletiva que objetiva integrar, pessoal e civicamente, a herança do passado na experiência de

uma geração, conformando um campo simbólico que fixa uma identidade à coletividade histórica. O rememorar constrói narrativas que glorificam o passado; ao fazê-lo ano após ano o poder público municipal vai solidificando uma identidade em torno de sua relação com o folclore.

3.2 O documento da cidade

Do passado da cidade, demonstrado nessa breve contextualização, percebemos que o poder público municipal poderia evocar uma série de momentos distintos, uma série de passados. Há um passado indígena, um passado barroco, um passado bandeirante, um passado afrodescendente, escravo, quilombola, minerador e assim por diante. A escritora e crítica literária Beatriz Sarlo (2007) afirmou que o retorno ao passado é sempre uma captura do presente. Diante disso, perguntamo-nos por que, de todas as possibilidades possíveis para a construção de uma(s) identidade(s) coletiva(s), o poder público municipal evocou apenas um passado? Ora, Stuart Hall (2006) já comprovou que uma identidade única e estável no indivíduo é uma fantasia; e o antropólogo francês Dan Sperber, ao distinguir as representações mentais (crenças, intenções, preferências) das representações públicas (sinais, enunciados, textos, imagens), assegurou que “explicar a cultura é explicar [...] por que e como certas ideias se contagiam” (1996, p. 8, *apud* CANDAU, 2018, p. 37).

Como dito, a prefeitura de Jequitibá disponibiliza em seu *site* o documento *Nossa Cidade* (2004), no qual, inicialmente, são apresentados os dados gerais sobre o município e, em seguida, há uma descrição de cada povoado. Com traços marcantes da oralidade, o documento foi organizado a partir da memória de seus habitantes, por meio de relatos e entrevistas com os moradores (muitos ainda vivos). Esses relatos servem para elucidar ou apresentar dados ou curiosidades acerca da cultura local e da educação.

A cientista Social Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988), ao reconstruir a história dos relatos orais, fez uma reflexão sobre as formas de utilização desse método e concluiu que ele desempenha, através dos séculos, um importante papel na transmissão, conservação e difusão do saber. O relato oral está na base da obtenção de toda sorte de informações e antecede outras técnicas de obtenção e conservação do saber; a palavra parece ter sido, se não a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal (QUEIROZ, 1988, p.

16). Aqui o “saber” é entendido como uma série de conhecimentos repassados através da tradição; por isso, ele não só repassa conhecimento, como também o transforma.

Para Queiroz, o relato oral iguala-se à *história oral* e foi conceituado com foco principalmente no registro da experiência dos indivíduos:

“História oral” é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer complementar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. (QUEIROZ, 1988, p. 19, grifo da autora).

A história oral privilegia relatos, entrevistas de pessoas que testemunharam acontecimentos, conjunturas. Através dela, o pesquisador consegue estabelecer relações entre o geral e o particular, consegue compreender a sociedade por meio do indivíduo que nela viveu. A partir do exposto, inferimos que o documento *Nossa Cidade* (2004) possui características de um documento construído a partir da metodologia da história oral, pois como já mencionado, trata-se de um compilado de entrevistas, que procurou descrever a origem, as características, as lendas, os causos, curiosidades e a herança cultural de cada povoado e, conseqüentemente, do município de Jequitibá.

Uma das tarefas mais difíceis desta pesquisa foi entender o percurso de produção do referido documento. Sabemos que ele foi escrito a partir de entrevistas balizadas na memória de seus entrevistados. Observe-se o trecho abaixo:

HISTÓRICO DO POVOADO DA ONÇA

Data da entrevista: 11/05/2004

Entrevistado: Horzelino José Machado Filho

Carteira de Identidade: M-650.202

Entrevistadora: Nádia Heloíza Carvalho da Silva Moreira

Não se sabe ao certo a Data de Fundação do Povoado. O entrevistado relata que seu pai nasceu em 1902 neste Povoado.

Conta-se que os Fundadores foram escravos. Na fazenda do Sr. Alemão existem várias jabuticabeiras. Acredita-se que, na época dos escravos, estes ao se alimentarem da referida fruta depositavam suas fezes a céu aberto, por isso a proliferação dos pés de jabuticabas. Percebe-se também a existência de valas em vários terrenos da comunidade (sabe-se que na época estas valas eram feitas por mãos escravas a fim de demarcar os terrenos). O motivo de o local ter recebido este nome foram as brigas que existiam em quase todas as festas que havia, ou seja, as pessoas eram bravas feito onças.

A principal fonte de renda do Povoado é a pecuária e agricultura, como base os produtos hortigranjeiros como quiabo, milho e feijão, etc.

As festas promovidas no Povoado são: Festa do Rosário e São Cristóvão. Atualmente não existem grupos folclóricos no Povoado, porém já existiram Pastorinhas, Catopê e Folia de Reis. Os Povoados vizinhos são: Baú, Guará, Perobas e Bebedouro. (JEQUITIBÁ-MG, 2004, p. 12).

No processo de transcrição e na análise dessas entrevistas, alguns dados foram mantidos (como nome do(s) entrevistador(es), nome do(s) entrevistado(s), data da entrevista) e, nos relatos, conseguimos perceber a recorrência de assuntos (data de fundação do povoado, nome dos primeiros habitantes, origem do povoado, origem do nome do povoado, fonte de renda, festas promovidas pelo povoado, existência (ou não) de grupos folclóricos, curiosidades, causos e lendas). A recorrência desses assuntos no texto final demonstra que os entrevistadores seguiram um roteiro, e a escrita do texto final realçou a metodologia usada.

Para Queiroz, “a narrativa oral, uma vez transcrita, se transforma num documento semelhante a qualquer outro texto escrito”, pois, entre o momento que o entrevistado oferece seu testemunho e a transcrição, existe um processo essencial: a análise. E análise, em seu sentido essencial, é a decomposição de um texto, a fragmentação de seus elementos fundamentais; isto é, é “separar claramente os diversos componentes, recortá-los, a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca” (QUEIROZ, 1988, p. 18). A transcrição é literal; tudo o que o entrevistador disse deverá nela constar, mas a análise e o uso desse material são livres.

O pesquisador tem o controle desde o início. Ele é guiado por seu próprio interesse ao procurar um narrador, escolher a temática, direcionar a entrevista a partir de um questionário prévio e fazer a análise. Tudo isso se conforma aos objetivos de sua pesquisa ou aquilo que ele pretende conhecer/esclarecer. Já o entrevistado/narrador, por sua vez, tem o desejo de transmitir sua experiência, aquilo que ele considera digno de ser conservado. Ao fazê-lo é ele quem controla, pois:

(...) segue o pendore de sua própria valorização, independentemente de qualquer desejo auxiliar do pesquisador. Procurará por todos os meios relatar, com detalhes e da forma que lhe parece mais satisfatória, os fatos que respondem aos seus próprios intentos, e tudo isto pode convir ou não ao pesquisador, o qual tentará então trazer o narrador ao “bom caminho”, isto é, ao assunto que estuda. (QUEIROZ, 1988, p. 18).

É nesse jogo de controle e concessão que a entrevista se desenrola. Após a análise, temos o produto final e o pesquisador, ao utilizar o relato, “o fará de acordo com suas

preocupações e não com as intenções do narrador, isto é, as intenções do narrador serão forçosamente sacrificadas” (QUEIROZ, 1988, p. 18). Entretanto, a análise não é (ou pelo menos não deveria ser) um processo perverso que quer apagar tudo aquilo que não tem relação com as intenções do pesquisador. Acreditamos que, durante a análise, há indícios, pequenos fragmentos na fala do entrevistado que podem fornecer dados e informações não previstas pelo pesquisador. No trecho abaixo temos um claro exemplo disso:

O Povoado de Dr. Campolina foi fundado em 1800 por Dona Inhá, Luizinha e Inhô Luiz, tio José Grande, tio Ivo, João Soares, Antônio Gonçalves, Benedito Pinto, Pedro Paulinho Sebastião Lizeu, etc. O Povoado antes chamava-se Lagoa da Trindade. Esse nome se deu porque no local havia, de um lado a Fazenda das Tronqueiras e Fazenda dos Poções e do outro lado do Rio das Velhas havia também uma Fazenda (não se sabe o nome desta), uma Igrejinha da Santíssima Trindade e um cemitério onde se enterravam o pessoal das fazendas e vizinhanças. **Próximo dali tinha o Porto da Trindade** que era o trânsito das pessoas de uma fazenda à outra, através do Rio das Velhas. (JEQUITIBÁ-MG, 2004, p. 4, grifo nosso).

Nesse trecho, o Sr. José Leal Pereira fala da fundação do povoado Dr. Campolina, mas acaba mencionando o Porto de Trindade. Ora, contar sobre a origem do povoado era o objetivo, a intenção, mas o que escapou por entre os dedos do pesquisador foi o passado portuário⁷ que o entrevistado deixou registrado em sua narrativa e que foi esquecido, não mencionado pelo pesquisador no resultado final.

Em vários trechos do documento *Nossa Cidade* (2004) encontramos esses pequenos fragmentos sobre as origens dos povoados como na fala do Sr. José Eustáquio de Moura sobre o Povoado de Guará, na qual ele menciona que o fundador do povoado foi um tropeiro que estava passando pelo lugar e resolveu por ali ficar; ou na exaltação da presença de imigrantes europeus na origem dos povoados de Muchila e Vargem Bonita “que receberam terras do Governo Brasileiro com o intuito de mestiçar o povo brasileiro” (p. 18). Todos esses indícios escaparam da análise original e aparecem aqui e ali no documento, outros passados,

⁷ O pesquisador Eugênio Marcos Andrade Goulart, em seu livro *O caminho dos currais do Rio das Velhas – A estrada real do sertão*, narra a história da estrada real em Minas Gerais e seus caminhos desconhecidos. Ao falar sobre o município de Jequitibá, diz que “50 quilômetros rio abaixo, a primeira cidade beira-rio que se encontra é Jequitibá. No passado foi um importante porto do rio das Velhas onde se atracavam os vapores” (GOULART, 2009, p. 84).

outras histórias, a fonte falando mais do que a produção original do documento queria. O que, em 2004, foi uma pesquisa e um estudo por parte dos servidores municipais sobre o passado da cidade, hoje é uma fonte de estudos para outra pesquisa e que demonstra as disputas da memória.

Por meio desses relatos conseguimos perceber que, guardados na memória de seus narradores, o município de Jequitibá manteve escolas nos povoados de Brejinho, Muchila, Oco do Pau, Quebra-Perna, Vargem Bonita e Vera Cruz (Calabouço). Esses relatos revelam ora dificuldades de acesso, ora disputas, ora histórias de superação de dificuldades:

A primeira Escola funcionava debaixo de um pé de pequi e cada aluno trazia o seu banquinho. O primeiro professor era deficiente físico, este era transportado de Pindaíbas (Povoado vizinho), até o local da Escola em uma carroça, por não haver outro meio de transporte na época.

Este professor trabalhou por muitos anos, vindo a falecer no ofício. Até então, a Escola não tinha nome específico, denominando-se Escolas Reunidas de Jequitibá.

Lá pelas décadas de 70, foi construída a nova Escola de Calabouço e foi dado o nome do primeiro professor que ficou sendo o Patrono da Escola, por prestar bons serviços à comunidade. Esta Escola hoje se denomina Escola Municipal Professor José Vicente de Paula Neves. (JEQUITIBÁ-MG, 2004, p. 20).

O responsável por esse relato é o Sr. Zacarias de Souza Ramos, entrevistado em 13/05/2004. Ao contar suas memórias sobre a origem do povoado, ele valorizou a primeira escola, o primeiro professor em seu esforço heroico que, mais tarde, foi reconhecido pela comunidade. Podemos classificá-lo como um relato de *história de vida*:

(...) se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence. (...) Este (o entrevistado) é quem determina o que é relevante ou não narrar, ele é quem detém o fio condutor. (QUEIROZ, 1988, p. 20).

Os relatos apresentados no documento *Nossa Cidade* (2004) refletem experiências de vida. Cada história, para além de uma experiência pessoal, comporta as experiências da comunidade onde vivem/viveram aqueles que contaram suas histórias, como no trecho sobre o povoado de Bebedouro:

Vale narrar a lenda mais popular no povoado, a do ‘morcego que aparecia em época de festa na moita de bambu, hoje a Praça do Rosário, todos diziam não ter medo, mas sempre a meia noite quando os mais corajosos iam embora, o morcego aparecia no exato momento que alguém passava e começava a gritar, as pessoas olhavam para trás e não viam nada, de repente viam um vulto no chão e sentiam um soprinho na nuca, olhavam para cima e lá estava ele todo garboso. As pessoas corriam e mandavam pedras e essas eram arremessadas para trás. Era o morcego que as devolviam com suas enormes asas. (Relato de Maria Rodrigues Maciel e Osvaldo Rodrigues Maciel, entrevistados em 12/05/2004 por Maria Piedade da Silva). (JEQUITIBÁ-MG, 2004, p. 5).

Essas histórias, de teor ficcional, são conhecidas, contadas e recontadas pelos moradores mais idosos, muitos deles não alfabetizados⁸. Hoje, os mais jovens, em sua grande maioria, vêm a conhecer tais narrativas seja nas escolas locais, através do documento *Nossa Cidade* (2004), seja por meio da narrativa de seus moradores.

Refletir sobre o papel que as narrativas advindas da oralidade ocupam na proposta pedagógica (e, mais, no projeto político municipal) da cidade de Jequitibá é pensar nas relações que são construídas pelo e para o sujeito no ambiente escolar. É a busca centrada no sujeito e suas representações, assim como no aprofundamento da compreensão do grupo social em questão.

3.3 A escola do documento

Das três escolas da rede municipal, apenas a Lourismar Palhares Machado recebeu nossa visita, pois, além de ter uma menção no documento *Nossa Cidade* (2004), é que tem maior concentração de alunos – a única na região que abrange o 1º e 2º ciclos do ensino fundamental⁹. Localizada no povoado do Onça, no Município de Jequitibá (MG), ela atende a comunidade desde a década de 1970. Funcionou como escola estadual até 1999 e, no ano de 2000, passou para a tutela do município ao incorporar o ensino infantil. Atualmente a escola oferta os seguintes níveis de ensino: Educação Infantil, com I e II períodos; e Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estruturado em quatro ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais. São eles: I – Ciclo da Alfabetização – com duração de três anos de escolaridade (1º, 2º e 3º anos); II – Ciclo Complementar – com

⁸ IBGE – Censo 2010

⁹ A cidade de Jequitibá possui três escolas de ensino fundamental: Escola Municipal Pedro Saturnino (Jequitibá), Escola Municipal Fidelis Diniz Costa (Povoado do Brejinho) e Escola Municipal Lourismar Palhares Machado (Povoado da Onça).

duração de dois anos de escolaridade (4º e 5º anos); III – Ciclo Intermediário – com duração de dois anos de escolaridade (6º e 7º anos); IV – Ciclo da consolidação – com duração de dois anos de escolaridade (8º e 9º anos).

Com uma infraestrutura privilegiada, a escola possui dez salas didáticas, uma biblioteca, uma sala de vídeo, uma sala para a diretoria com banheiro, uma sala de professores com banheiro, uma cozinha com despensa, banheiros feminino e masculino, um pátio de socialização. Os recursos e equipamentos registrados são os seguintes: um *scanner*, uma caixa de som amplificada, um *micro system*, um ar condicionado portátil, um *datashow*, um telão, três computadores, dois *notebooks*, quatro impressoras, uma televisão. Essa estrutura atende aos 21 povoados do município e conta com uma média de 200 alunos matriculados anualmente distribuídos entre os ciclos dos Ensinos Infantil e Fundamental.

A estrutura organizacional da escola se divide em um diretor administrativo, um coordenador escolar, uma secretária, dois orientadores pedagógicos, professores e auxiliares de serviços gerais. O quadro funcional opera com um total de 33 professores, dois orientadores pedagógicos, um auxiliar administrativo e oito auxiliares de serviços gerais.

3.4 O documento da escola

Como nossa pesquisa é documental, fizemos do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Lourismar Palhares nossa principal fonte de informações para conhecer a organização e o trabalho pedagógico da instituição. Este documento faz parte do planejamento e da gestão escolar. Ele demonstra e comprova aquilo que a instituição escolar pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias pedagógicas e administrativas; enfim, demonstra a capacidade da escola para se transferir do campo do planejamento ao campo da ação.

Entendemos que o PPP (2016) de uma escola “vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas” (VEIGA, 2000, p. 12). Ele é uma ferramenta norteadora que apresenta as características e os rumos educacionais, sociais e políticos definidos para a escola pelos envolvidos no processo educativo – gestores, professores, alunos e pais. A pedagoga e professora da Universidade de Brasília Ilma Passos Alencastro Veiga conceitua o PPP (2016) da seguinte forma:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. **É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.** (VEIGA, 2000, p. 13, grifo nosso).

É nesse caráter político do PPP (2016) que residem as possíveis identificações e reconhecimentos que a comunidade escolar possui. Por isso, essa ferramenta nos ajuda não só a conhecer a instituição e suas práticas educativas, como também a perceber a identidade que a Escola Municipal Lourismar Palhares constrói para si.

O último PPP (2016) da escola em questão possui data de publicação de 24 de outubro de 2016. Tanto ela quanto a Secretaria Municipal de Educação possuem uma política rígida de consulta ao PPP (2016), não sendo permitidas cópias de nenhuma natureza, apenas consulta e transcrição de alguns trechos para citação. Em linhas gerais, o documento possui 33 páginas e sua estrutura é dividida em: Introdução; Identificação da Escola; Missão, Princípios e Valores; Objetivos da escola; Metas da escola; Fundamentação pedagógica; Organização didático-pedagógica; Projetos desenvolvidos pela escola. O documento claramente cumpre as determinações da atual legislação educacional contidas nos artigos 12 a 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) (BRASIL, 1996). Obedece também estritamente as orientações do Estado de Minas Gerais compreendidas no Parecer CEE/MG nº 1132/97 de 12 de novembro de 1997, no Parecer CEE/MG nº 1158/98 de 11 de dezembro de 1998 e na Resolução SEE/MG nº 2197 de 26 de outubro de 2012.

Na Introdução do PPP (2016, p. 02) são apresentados a importância de um Projeto Político Pedagógico para a escola e para a comunidade e quais níveis de ensino são ofertados. Sobre a construção do documento, constatamos que foi elaborado pela direção da escola juntamente com os professores, não havendo indícios de participação da comunidade. Negar a essa parcela da comunidade escolar voz é negar à comunidade o exercício de sua cidadania e, também, desencontra com as orientações da Constituição federal brasileira de 1988.

A *gestão democrática* é um princípio posto pelo inciso VI do artigo 206 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige da escola uma nova postura, um compromisso frente à prática administrativa e educacional que começa no processo de elaboração do PPP (2016).

Esse compromisso perpassa pela construção coletiva de um instrumento ligado aos interesses e necessidades da comunidade. Veiga (2003) traz as implicações da *gestão democrática*:

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é executora. (VEIGA, 2000, p. 18).

O dia a dia escolar influencia a todos que dela participam: alunos, professores, pedagogos, gestores, núcleo administrativo e de apoio, pais e representantes da comunidade. Todos esses indivíduos vivem a escola e constroem coletivamente a história da instituição. Dar voz a todos eles é estabelecer um compromisso entre escola e cada sujeito que ela influencia cotidianamente, é um estreitamento de laços entre escola e comunidade. A construção coletiva do PPP (2016) gera na comunidade um sentimento de pertença, pois a socialização do poder implica deveres e direitos, é a cobrança e a garantia de que todo indivíduo seja um membro funcional de sua comunidade.

Uma *gestão democrática* consolida-se através de seus mecanismos de participação: conselho escolar, conselho de classe, associação de pais, mestres e funcionários e grêmio estudantil, que legitimam e democratizam o processo de decisão. Democratizar esse processo é também dividir as responsabilidades, as dificuldades e a tomada de decisão, é a participação efetiva em todas as ações que envolvem a escola – eleições de diretores e conselheiros, planejamento, execução e avaliação das ações. Essa participação da comunidade gera autonomia para a escola e favorece o florescer de uma identidade institucional. Concordando com Veiga (2003) que, ao apresentar as características fundamentais de um projeto político-pedagógico, ressalta seu caráter integrador:

Por ser coletivo e integrador, o projeto, quando elaborado, executado e avaliado, requer o desenvolvimento de um clima de confiança que favoreça o diálogo, a cooperação, a negociação e o direito das pessoas de intervirem na tomada de decisões que afetam a vida da instituição educativa e de comprometerem-se com a ação. O projeto não é apenas perpassado por sentimentos, emoções e valores. Um processo de construção coletiva fundada no princípio da gestão democrática reúne diferentes vozes, dando margem para a construção da hegemonia da vontade comum. A gestão democrática nada tem a ver com a proposta burocrática, fragmentada e excludente; ao contrário, a construção coletiva do projeto político-pedagógico inovador procura ultrapassar as práticas sociais alicerçadas na exclusão,

na discriminação, que inviabilizam a construção histórico-social dos sujeitos. (VEIGA, 2003, p. 276)

Nesta perspectiva, poder e participação estão intimamente ligados. Uma escola democrática ouve a comunidade escolar e, assim, a prática pedagógica passa a responder aos interesses coletivos imediatos. Compreender o conceito de gestão democrática é também entender a eminente necessidade de que o PPP (2016) seja uma construção coletiva, não podendo ser eliminada de sua elaboração uma parcela efetiva dos interessados. Negar voz a essa parte da comunidade escolar é negar-lhe exercício de sua cidadania.

Em Identificação da Escola (2016, p. 03) apresentam-se os principais dados sobre o ambiente escolar: fundação, motivação, localização, estrutura física, de mobiliário e de pessoal, quantitativo de professores e servidores, pontos fortes e pontos de melhoria¹⁰ e caracterização da clientela. De acordo com o documento, a escola possui uma clientela de origem sociocultural de baixo nível econômico, sendo que a maioria das famílias tem seu sustento proveniente do meio rural. Essa é a primeira identificação que vimos no PPP (2016) com o meio rural, mas é possível inferir que a escola se reconhece como uma escola rural.

A discussão sobre a temática da educação e escola rural/campo é extensa, complexa e ultrapassa nossos objetivos para esta dissertação. Entretanto, faz-se necessário conceituarmos o que entendemos como uma escola rural, como educação rural ou educação do campo e como essa identificação, essa reivindicação pode ser percebida no projeto político-pedagógico da escola.

A partir da palavra “escola” logo depreendemos, *grosso modo*, um lugar de aprendizagem. Arroyo, Caldart e Molina conceituam-na como:

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2011, p. 14).

¹⁰ **Pontos fortes** da escola elencados pelo documento: estrutura física, funcionários comprometidos, famílias presentes na vida escolar dos filhos e nos eventos da escola, cursos de capacitação dos professores, merenda de qualidade, projetos estimulantes no desempenho dos alunos, aulas de qualidade, com acompanhamento pedagógico. **Pontos de melhoria:** inovar o apoio pedagógico, trabalhar gramática contextualizada, trabalhar melhor a disciplina dos alunos (resgatar valores), profissionais capacitados em todas as áreas. (JEQUITIBÁ, 2016, p. 12).

A escola, nessa perspectiva, é entendida como um espaço de formação social e política dos sujeitos, que promove a socialização dos saberes acumulados e os processos de reelaboração desses conhecimentos. Quando acrescentamos o adjetivo “rural”, a explicação acima é insuficiente, pois não consegue abranger todas as implicações. Observe-se o trecho abaixo:

[...] as escolas do campo são **aquelas que têm sua sede no espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural**, assim como **as identificadas com o campo**, mesmo tendo sua sede em áreas consideradas urbanas. Essas últimas são assim consideradas porque atendem a populações de municípios cuja produção econômica, social e cultural está majoritariamente vinculada ao campo (HENRIQUES et al., 2007, p. 14, grifo nosso).

Henriques (2007) definiu duas classificações para a escola rural: uma mais simples e estritamente geográfica, amparada nos dados censitários do IBGE; e outra mais complexa, identitária, que trata das relações reivindicadas, de como uma comunidade se identifica. No documento da escola, a identificação com o meio rural se faz porque tanto a escola quanto sua clientela têm sua localização geográfica no meio rural. Então, quando nos referirmos ao termo “escola rural”, estaremos usando a primeira classificação. A Escola Municipal Lourismar Palhares se encaixa nessa definição, pois se localiza em um espaço determinado como rural e atende a uma comunidade advinda também desse meio.

Outro ponto importante que precisamos explicitar se refere ao tipo de educação praticada nessa escola, ou seja, remete às diferenças entre educação rural e educação do campo. Para isso faremos uma breve explanação dessa problemática.

Roseli Caldart, pesquisadora do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, em seu artigo *Sobre educação do campo* (CALDART, 2008), procura classificar o que é esse tipo de educação e qual a concepção de educação que o fundamenta. Ela afirma que o conceito de educação do campo é novo e já se encontra em disputa, de modo que considera ser muito cedo para definir um conceito fechado. Assim, opta por identificar as características importantes na discussão conceitual da educação do campo. A primeira característica se refere “a materialidade de origem (ou de raiz) da Educação do Campo exige que ela seja pensada/trabalhada sempre na tríade: Campo – Política Pública – Educação” (p. 69), pois a educação do campo nasceu como mobilização e pressão de movimentos sociais por

uma política educacional adequada para essas comunidades. A segunda característica refere-se “a Educação do Campo trata de uma especificidade; assume-se como especificidade: na discussão de país, de política pública, de educação” (p. 72), essa característica se distancia de uma perspectiva universalista, de educação unitária. A terceira característica é composta por três momentos distintos e simultâneos: “**A Educação do Campo é negatividade – denúncia/resistência**, luta contra – Basta! de considerar natural que os sujeitos trabalhadores do campo sejam tratados como inferiores, atrasados, pessoas de segunda categoria”. Esse tópico é um manifesto, é uma reivindicação de que os conhecimentos daqueles que vivem no campo são dignos de serem transmitidos e aplicados no currículo escolar. Dando sequência, “**a Educação do Campo é positividade** – a denúncia não é espera passiva, mas se combina com *práticas e propostas concretas* do que fazer, do como fazer: a educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola...” (p. 75); ela é positiva porque não é só reivindicação, mas sim um movimento com ação. “**A Educação do Campo é superação – projeto/utopia**: projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola” (p. 75); é uma perspectiva de transformação social que modifica e questiona a própria noção de conhecimento válido e digno de ser repassado; é uma emancipação humana advinda do campo. Por fim, o que a autora procura mostrar é que educação do campo não é educação rural, pois a educação do campo relaciona-se com a reivindicação de uma comunidade. Não é só um movimento educacional, é um movimento político.

Diante do exposto admitimos que, quando falamos sobre a educação aplicada na Escola Municipal Lourismar Palhares, estamos nos referindo a uma educação rural, pois não encontramos nenhuma evidência de uma reivindicação da comunidade ou da própria escola sobre o projeto de educação do campo.

O *Dicionário da Educação do Campo*, de organização conjunta pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) do Rio de Janeiro e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), procurou definir os principais conceitos que refletiam de forma sistematizada as experiências e reflexões sobre a educação do campo e suas interfaces, com análises já produzidas acerca das relações sociais, do trabalho, da cultura, das práticas de educação politécnica e das lutas pelos direitos humanos no Brasil. Nesse dicionário, diz-se sobre a Educação rural que:

Para definir educação rural é preciso começar pela identificação do sujeito a que ela se destina. De modo geral, “o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento” (Petty, Tombim e Vera, 1981, p. 33). Trata-se dos camponeses, ou seja, daqueles que residem e trabalham nas zonas rurais e recebem os menores rendimentos por seu trabalho. Para estes sujeitos, quando existe uma escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo, de acordo com os autores, nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam. (CALDART, 2012, p. 295).

A partir dessa definição podemos perceber que há um deslocamento, uma falha na identificação entre teoria e prática. O que o aluno vivencia na escola nada tem a ver com seu cotidiano, o estudo nada tem a ver com o trabalho que o homem do campo desenvolve na terra. Isso acaba por comprometer a qualidade do ensino que é aplicado nas escolas rurais.

A ideia de um modelo de educação de qualidade, ou até mesmo do ideário de educação, parte daquele vivenciado nos centros urbanos. Mas, se voltarmos a Arroyo, Caldart e Molina e pensarmos na escola enquanto um lugar de compartilhamento de valores e cultura, essa noção de um só modelo de educação é insatisfatória. Ora, estamos falando de uma educação de sujeitos que vivenciam dificuldades diferentes. Por esse motivo faz-se necessário refletir, mesmo que brevemente, sobre o modelo de educação aplicado na Escola Municipal Lourismar Palhares, conforme o estabelecido em seu projeto político-pedagógico.

Por muito tempo as políticas educacionais empregadas no campo se estruturaram a partir dos modelos aplicados nos centros urbanos, considerados mais desenvolvidos. Isso se dá com base na crença de que a vivência capitalista experimentada nos centros urbanos se adequa integralmente às populações do campo, esquecendo-se de que, no processo educacional, é preciso levar em consideração a cultura dos sujeitos que ali se encontram. Em nosso caso, contamos com um agravamento: falamos de uma multiplicidade de histórias e identidades, pois, apesar de todos os sujeitos ali envolvidos pertencerem a um mesmo município, contamos com 21 povoados com identidades, religiosidades, hábitos, enfim, culturas diferentes.

A partir da LDB (BRASIL, 1996) a educação da população rural passou a ser entendida como aquela que ocorre nas instituições escolares situadas na área rural. O artigo 28 dessa lei preconiza que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Esse artigo orienta uma série de ações relacionadas à construção dos projetos políticos-pedagógicos das escolas, propondo adaptações que os sistemas de ensino e consequentemente os educadores deverão fazer. Ele ignora o fato de que a formação desses profissionais continua sendo centrada no meio urbano e para o meio urbano e que, além disso, existe uma base curricular única que deve ser seguida. Manfio e Pacheco, ao falar sobre a realidade dos alunos rurais, afirmam que:

A educação rural, na maioria das vezes, contempla currículos urbanos, ficando aquém da realidade dos alunos rurais. Assim, as pessoas desse meio acabam carentes de conhecimentos e habilidades que lhes proporcionariam maior eficiência no trabalho, agilidade na resolução de problemas cotidianos. Isso acontece pela falta de preparo e formação dos professores que trabalham nas escolas do meio rural. Eles têm conhecimento voltado aos conteúdos que são contemplados no currículo, ou no livro didático, no entanto, da vida prática, do cotidiano dos alunos, pouco sabem. (MANFIO; PACHECO, 2006b, p. 35).

Percebemos assim que há a necessidade eminente de uma política educacional que reconheça e leve em conta as experiências e princípios dos indivíduos do campo¹¹. Que contemple essas diferenças a partir da formação de professores e que tenha clareza quanto às diferenças de espaço físico da escola, a distância e o percurso que os alunos precisam fazer diariamente para chegar a ela, bem como o material didático, as atividades desenvolvidas, as metodologias, as formas de avaliação, os horários escolares, enfim, os fatores determinantes para uma educação de qualidade. Faz-se necessário planejar com o homem rural a educação que lhe é destinada, partindo de seus valores, necessidades, linguagem e modo de vida, numa proposta intercultural de conteúdos. Assim, estaremos concedendo ao homem do campo o

¹¹ Há uma série de estudos relativos à reivindicação das comunidades que vivem no campo por uma educação que leve em conta suas reais necessidades. Destes, citamos ARROYO, M. G. **Formação de Educadores e Educadoras do Campo**. Brasília: MEC, 2004; ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salette. MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

direito de acesso a uma educação com qualidade vinculada às problemáticas sociais vividas por esses sujeitos. Retomaremos essa discussão mais adiante, quando avaliaremos o currículo da escola.

No tópico Missão, Princípios e Valores (2016, p. 06-08), a missão da escola e sua principal motivação é definida como sua capacidade de “formar um cidadão responsável, estimular a participação da comunidade”. A visão é conceituada como a capacidade de “contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e atuantes na comunidade” e os princípios seguem as orientações do artigo 3º da Resolução SEE/MG nº 2197 de 26/10/2012.

I - Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II - Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;

III - Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias. (MINAS GERAIS, 2012).

No que tange aos princípios do PPP (2016), percebemos que não houve um processo de reflexão sobre aqueles que a escola segue. Não há nenhum tipo de explicação, referência ou adaptação à realidade da escola. Não estamos falando em construir novos princípios, mas refletir sobre como eles interagem e podem influenciar a realidade escolar.

Refletir sobre os conceitos de Missão, Visão, Princípios e Valores não é uma tarefa fácil, pois são complexos e de áreas diferentes da educacional. Os dois primeiros são advindos da área de Administração e os dois últimos da área de Direito. Para delimitar nossa leitura utilizamos um documento da Secretaria do Estado de Minas Gerais produzido em 2014, cuja finalidade é de orientar e assessorar os gestores das escolas estaduais de Minas Gerais no processo de elaboração, revisão e/ou reestruturação do projeto político-pedagógico. Nosso intuito não é o de impor ao documento uma regra não prevista, mas apenas expor como entendemos esses conceitos a partir de uma base de referência para nossa crítica. Ademais, o documento já utiliza as recomendações estaduais, como informado no início desta seção.

O Guia de orientações para elaboração, revisão e/ou reestruturação do projeto político-pedagógico das escolas estaduais de Minas Gerais (2014) conceitua missão como:

É a razão de ser da Escola. É um elemento essencial para determinar o seu posicionamento estratégico. Serve de critério geral para orientar a tomada de decisão e para definir objetivos estratégicos. É fator que deve direcionar e inspirar a Escola. A linguagem deve ser clara e objetiva, de fácil memorização. A missão deve responder à seguinte pergunta: Para que a Escola existe? (MINAS GERAIS, 2014, p. 15)

O que a missão proposta representa para a comunidade escolar? Temos aqui uma contradição entre projeto e ação. A missão deveria evidenciar a razão de ser da instituição, revelar suas intenções, o que a comunidade escolar espera conquistar a partir da educação. De maneira sucinta, isso equivale a dizer por que existe a escola – seu propósito, sua missão. Entretanto, o PPP (2016) da escola analisada, apesar de reivindicar o estímulo à participação da comunidade, não contou com sua presença na elaboração do documento.

A visão é definida como a representação de “um estado futuro desejável da Escola. São as ambições que a Escola deseja atingir, em um determinado período de tempo. A visão deve responder à seguinte pergunta: Que Escola queremos ser?” (MINAS GERAIS, 2014, p. 15). A escola sob análise neste trabalho definiu uma missão e uma visão muito próximas; ambas têm a preocupação de entregar para a comunidade cidadãos formados e atuantes.

3.5 O currículo da escola

Como o currículo da Escola Municipal Lourismar Palhares foi definido no seu projeto político-pedagógico e qual a relação com o documento *Nossa Cidade* (2004)? Nesse PPP (2016) o currículo configura-se como o “conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando” (JEQUITIBÁ, 2016, p. 17). Esta é uma visão tradicional, uma perspectiva funcionalista que aposta na harmonia social, mas, principalmente, é uma perspectiva que define que “a principal função da escola é a socialização dos sujeitos, tornando-os capazes de partilhar a cultura, uma mesma cultura” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 184).

Discutir sobre o tema do currículo é uma tarefa complexa, pois a compreensão mais usual deste conceito está calcada em um paradigma tradicionalista, hierárquico, segundo o qual:

Indo dos guias curriculares propostos pelas redes de ensino àquilo que acontece em sala de aula, currículo tem significado, entre outros, a grade curricular com disciplinas/atividades e cargas horárias, o conjunto de ementas e os programas das disciplinas/atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos. (LOPES e MACEDO, 2011, p. 19).

Pensar o currículo de outra forma implica, primeiro, vencer a usual ideia de que ele é apenas uma forma de organização, a descrição do processo educativo. Lopes e Macedo (2011) afirmam que não é possível definir currículo de forma precisa, pois a cada nova definição surgem novas insuficiências. A partir daí elas discutem os diferentes movimentos que vêm sendo objeto de disputas na teoria curricular e partem da premissa da existência de acordos que produzem sempre sentidos prévios para o termo currículo.

O currículo vai além de uma forma de seleção e organização do que vale ou não a pena ensinar; “a escola e o currículo são, portanto, importantes instrumentos de controle social” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 22). Se ele é controle social, está relacionado a hegemonia, ideologia e poder, pois é da escola que saem os trabalhadores, os cidadãos. Assim, é preciso levar em conta o capital cultural¹² dos envolvidos no processo educacional, porque o currículo é troca de experiências, mas também pode construir diferenças. Ele vai além do currículo formal – o que é programado para acontecer na escola – a um currículo oculto – “em que se escondem as relações de poder que estão na base das supostas escolhas curriculares” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 26). Ele é mais do que aquilo que acontece nas escolas, é mais do que um texto; ele forma sujeitos, forma cidadãos, forma trabalhadores, constrói diferenças.

Atualmente, as principais discussões dos estudos curriculares no Brasil concebem o currículo como importante para a formação dos sujeitos enquanto elemento fundamental,

¹² Lopes e Macedo falam sobre o capital cultural do currículo quando estão expondo as ideias de Bourdieu e Passeron sobre reprodução social e cultura e a concepção da ação pedagógica enquanto violência simbólica. “Para os autores a escola opera com códigos de transmissão cultural familiares apenas às classes médias, dificultando a escolarização das crianças populares, mas principalmente, naturalizando essa cultura e escondendo seu caráter de classe. Os sistemas dos arbitrários culturais de uma determinada formação social são, assim, definidos como legítimos e sua imposição é ocultada pela ideologia” (2011, p. 28).

que norteia o debate em torno do currículo como um campo multidirecionado, que pode refletir tanto um território de disputas (ARROYO, 2011) quanto um documento de identidade (SILVA, 2013), ou, também, como uma prática discursiva (LOPES e MACEDO, 2011). Isso nos faz perceber que as diversas experiências e projetos de subjetivação perpassam pelo currículo da (e na) escola. A perspectiva de currículo que mais se aproxima de nosso olhar é a de Lopes e Macedo do currículo enquanto prática discursiva:

Assim como as tradições que definem o que é currículo, o currículo é, ele mesmo, uma prática discursiva. Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. Ele constrói a realidade, nos governa, constrange nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos. Trata-se, portanto, de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos postos por tais discursos e os recria. Claro que, como essa recriação está envolta em relações de poder, na interseção em que ela se torna possível, nem tudo pode ser dito. (LOPES e MACEDO, 2011, p. 41).

É preciso perceber que o currículo constrói sentidos, realidades, identidades e diferenças e que é construído em meio a relações de poder. No PPP (2016) da Escola Municipal Lourismar Palhares, a concepção de currículo é apresentada como “o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando” (JEQUITIBÁ, 2016, p. 18). Essa concepção está atenta ao caráter político que o currículo tem, demarcando e olhando para a sua capacidade de construir sentidos e discursos. Como frisado por Lopes e Macedo, “qualquer discurso é uma tentativa de dominar o campo da discursividade, fixar o fluxo das diferenças e construir um centro provisório e contingente na significação” (p. 252). Enfim, com esse entendimento, os autores afirmam que o currículo se torna essa luta política por sua própria significação e, ainda, pela significação do que vem a ser a sociedade, a justiça social, a transformação social.

Como comprovado, a concepção de currículo adotada pelo PPP (2016) reconhece o seu caráter político. Já o Plano Curricular de ensino da escola segue a Base Nacional Comum, definida nas diretrizes curriculares. Assim, o currículo escolar “é organizado de modo a atender a idade e desenvolvimento dos alunos, favorecendo condições para que atinjam os objetivos propostos em cada unidade de trabalho” (JEQUITIBÁ-MG, 2016, p. 20). Os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental seguem literalmente os

artigos 27 a 31 da Resolução SEE/MG nº 2197 de 26/10/2012. Todo documento tem suas contradições. Observamos que, apesar da concepção política de currículo adotada pelo PPP (2016), o Plano Curricular apresentado não demonstrou qualquer adaptação e discussão sobre as características locais da comunidade e da clientela invocada pelo PPP (2016) como predominantemente rural. Isso é um problema, pois, ao abrir mão da inferência sobre os componentes curriculares trabalhados em sala de aula, a escola se coloca como uma instituição passiva que não discute, apenas reproduz. Os únicos indícios de atividades que encontramos no currículo escolar que vão além da Base Curricular mínima exigida pelo Estado brasileiro são o Projeto Mostra Folclórica e o uso do documento *Nossa Cidade* (2004).

Após o Plano Curricular, o PPP (2016) traz os projetos desenvolvidos pela escola: Jogos Matemáticos, Meio Ambiente; Hora Cívica; Saúde; Projeto Corpo e Mente; Futsal; Reforço Escolar; Leitura; Mostra Folclórica e Ação de Graças e Festa da Família. Destes destacamos:

Projeto Mostra Folclórica – tem como objetivo resgatar, vivenciar e valorizar manifestações da cultura popular brasileira e do nosso município que tem o título de Capital Mineira do Folclore, além de incentivar a compreensão da sabedoria popular e sua influência e na vida social. Anualmente a escola participa do Festival de Folclore demonstrando os resultados alcançados no ano. (JEQUITIBÁ, 2016, p. 30).

Como mencionamos anteriormente, o município de Jequitibá promove anualmente a Festa do Folclore, da qual as escolas locais participam ativamente e têm um espaço reservado na programação. Encontrar explicitamente no PPP (2016) da Escola Municipal Lourismar Palhares Machado a participação e o reconhecimento da relação entre Festival de Folclore e escola demonstra que essa valorização e recuperação de uma cultura ligada ao Folclore não só é um projeto político como identitário.

Apresentamos a seguir fotos dos festivais de 2007 e 2008 divulgadas na internet pela Comissão do Festival de Folclore de Jequitibá:

Figura 6 - FFJ - Apresentação das Escolas – Projeto Mostra Folclórica



Fonte: Arquivo da Prefeitura de Jequitibá Festival do Folclore de Jequitibá 2007/ por Felipe Pedrosa

Figura 7 - FFJ - Apresentação Escolas – Projeto Mostra Folclórica



Fonte: Arquivo da Prefeitura de Jequitibá Festival do Folclore de Jequitibá 2007/ por Felipe Pedrosa

Figura 8 - FFJ - Apresentação Escolas 2008 – Projeto Mostra Folclórica



Fonte: Arquivo da Prefeitura de Jequitibá Festival do Folclore de Jequitibá 2008/ por Consuelo Abreu

Figura 9 - FFJ - Apresentação Escolas 2008



Fonte: Arquivo da Prefeitura de Jequitibá Festival do Folclore de Jequitibá 2008/ por Consuelo Abreu

Conseguimos, nos arquivos da Prefeitura de Jequitibá, fotos dos Festivais de 2007 e 2008. As figuras 06, 07, 08 e 09 comprovam a participação do Projeto Mostra Folclórica no festival. Essa participação da escola é retirar o currículo do planejamento e inseri-lo no campo da ação, é viver o currículo. Para que o currículo possa ser vivenciado, ele precisa fazer sentido. Lopes e Macedo se referiram a essa aplicabilidade do currículo como escolarização, esta que “só faz sentido na medida em que constrói condições para que os sujeitos possam resolver problemas sociais reais” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 141). Aqui temos uma premissa sobre a aplicabilidade do currículo, a de que ela só é possível se fizer sentido. Comprovamos assim que o envolvimento da escola a partir do Projeto Mostra Folclore faz sentido para esses alunos e professores; ele é lógico, pertence à realidade da comunidade.

Partindo da premissa de que a aplicabilidade do Projeto Mostra Folclore faz sentido, passamos para o próximo questionamento. O que se constrói a partir disso? Voltando à concepção de currículo do PPP (2016), percebemos que a uniformização cultural é importante para o modelo de currículo que a escola adota, no qual ela forma sujeitos cultivados. Assim, o conceito de cultura que mais se aproxima dessa concepção de currículo é o de que a “cultura se refere à ação direta do homem, por meio de técnicas, na transformação física do ambiente e daí se originam metáforas como cultivar o bom gosto ou a alta cultura, diretamente ligadas à educação” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 184).

Um dos fatores motivadores para esta pesquisa se deu pela curiosidade sobre como, em um mundo tão globalizado em que o homem nunca é uma coisa só, a narrativa em cima de uma única cultura relativa à cidade de Jequitibá é aceita e é difundida nas escolas. Junto ao Projeto Mostra Folclore está o uso do documento *Nossa Cidade* (2004). Como dito anteriormente, esse material é tradicionalmente utilizado nas aulas de História e Literatura, e seu uso compõe uma formação cultural definida politicamente. Ele é fundamental para a construção de uma cultura fundada na sua aceitação e na recuperação dos grupos folclóricos. O relato de cada comunidade que ele apresenta conecta os alunos a um passado escolhido e, a partir da repetição de algumas questões, se torna internalizado, natural.

Não contestamos a presença de grupos folclóricos na região de Jequitibá, mas somos críticos quanto a uma uniformidade cultural; ora, um município que tem os primeiros relatos datados de 1680 certamente possui uma série de culturas e passados que não o exaltado. *Nossa Cidade* (2004) reforça e legitima o epíteto “Jequitibá, a capital mineira do folclore” e o Projeto Mostra Folclore vem como um complemento que solidifica essa noção ao transformar o currículo em vivência.

4 MEMÓRIAS E IDENTIDADES

Este capítulo é dedicado ao referencial teórico. Trataremos dos conceitos de memória, esquecimento, identidade e representação, explicitando-os e relacionando-os às definições constatadas a partir da documentação e da sua relação e inserção no currículo escolar. Responderemos ao questionamento: quais identidades e identificações podem ser construídas ou esquecidas a partir da utilização desse material como conteúdo escolar? Este capítulo relaciona-se com o objetivo específico de avaliar a construção de uma identidade cultural da escola e do município de Jequitibá (MG) no documento *Nossa Cidade* (2004).

4.1 Da Memória

Voluntária ou involuntária, individual ou coletiva, a memória é, como se sabe, sempre seletiva (HALBWACHS, 2006). Responsável pela conservação das experiências vividas, ela é a capacidade humana do lembrar que “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2013, p. 419). Como fenômeno, a memória é objeto de estudo desde a Antiguidade. Platão a indagou a partir de duas possibilidades: como “conservação de sensações” e como “reminiscência”. Aristóteles, além de usar esses mesmos termos, problematizou a representação, evidenciando o caráter seletivo da recordação.

Assim como um animal pintado num quadro é animal e imagem, sendo ao mesmo tempo ambas as coisas, ainda que o ser dessas coisas não seja o mesmo, podendo ele ser considerado como animal ou como imagem, também a imagem mnemônica que está em nós deve ser considerada como objeto por si mesmo e, ao mesmo tempo, como representação de alguma outra coisa. (ARISTOTELES, De Men 450 b 21, apud ABBAGNANO, 2000, p. 657)

Aristóteles levantou duas premissas primordiais sobre a memória: a primeira que a ela é fruto de escolhas e a segunda que é uma representação. No tratado *Da Memória e da Reminiscência* (2018), refletiu sobre o papel das imagens no exercício do pensamento e, para tal, trabalhou os dois conceitos que dão título ao tratado: memória e reminiscência. A memória é a capacidade que o homem tem de recordar, diretamente relacionada com o intelecto humano e com sua capacidade de fazer escolhas; é um processo específico. A

reminiscência, ou o processo de rememoração, é bem mais complexo, pois está relacionado com a capacidade que o homem tem de ser agente de suas representações mentais e de fazer associações.

Os estudos sobre a memória instigaram, e ainda instigam, não só a filosofia, mas pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, como Antropologia, Educação, História, Psicologia, Sociologia, Neurofisiologia, Biologia, Psiquiatria, entre outras. Há uma vasta literatura para um fenômeno tão rico e complexo. Em nossa pesquisa, importa-nos o fenômeno da memória como ponto de partida para a construção de referentes identitários. Seu caráter seletivo deve ser suficiente para indicar as suas articulações com os dispositivos de poder e a forma como elas são ressignificadas. Estudar os mecanismos de oficialização da memória é, sobretudo, analisar a sua função e perceber como se deu essa organização, coletiva e seletiva, dos acontecimentos e das interpretações que se quer preservar.

Entendemos que a memória coletiva se constitui num repertório de representações forçosamente partilhadas por uma comunidade que, no caso de nossa pesquisa, com base no poder do Estado e de suas instituições, ordena e sistematiza uma temporalidade capaz de agregar o conjunto de vivências de distintos grupos sociais. Forma-se, portanto, um sentido coletivo decorrente do exercício de fixação dessas representações, que abandonam a condição de memória e se alçam à condição de identidade. Tempo e espaço são compartilhados em lugares autorreferentes: lugares de memória (NORA, 2012). Essa comunidade idealizada da cidade de Jequitibá, que, por intermédio da memória e da narrativa, refunda seu tempo e seu espaço, recobre o território das representações coletivas e constrói identidades.

O filósofo Nicola Abbagnano, ao explicar o conceito de memória em seu *Dicionário de Filosofia* (2000), apontou duas condições: a capacidade retentiva e a de recordação. Elas comprovam que a memória é uma capacidade humana e, portanto, do indivíduo; e que é reminiscência, que reside na rememoração. A problemática da memória coletiva se localiza aí: na passagem das formas individuais de rememoração para as formas coletivas. O antropólogo Joël Candau, em sua obra *Memória e Identidade* (2018), dedicou-se a essa questão. Para ele, hábitos de uma sociedade, como comer, dançar e caminhar, são características e não uma faculdade de rememoração, pois a faculdade da memória é uma capacidade individual e não coletiva. Em sua concepção, “um grupo não recorda de acordo com uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada”, apenas uma parte

desse grupo o faz. Por isso, para ele, a “a expressão “memória coletiva” é uma representação, uma forma de metamemória, ou seja, um enunciado que membros de um grupo vão construir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”.

Candau refletiu sobre as diferentes manifestações da memória enquanto faculdade que se manifesta em três níveis. Há uma memória de baixo nível denominada de protomemória, que é aquela que ocorre sem tomada de consciência, que está no nível dos comportamentos automáticos, uma memória hábito. Há uma memória de alto nível, que é também a “memória propriamente dita”, aquela que essencialmente trata da recordação ou reconhecimento. Esse nível de memória é responsável pela “evocação deliberada ou inovação involuntária de lembranças” e é, também, o nível em que se processam as lembranças, a memória autobiográfica, a memória enciclopédica¹³ e o esquecimento. Por último há a metamemória, a memória reivindicada, ostensiva, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória. Neste nível é exposto o conhecimento que o indivíduo tem de sua lembrança e também o que diz dela – é quando a aflição do indivíduo frente a seu passado é demonstrada. Para o autor, a metamemória é organizada como uma memória recuperada a partir de uma provocação, o que possibilita relacioná-la com a construção de identidade; ou seja, é a maneira com que interpretamos e representamos nossas lembranças e o que fazemos com elas. E mais, é neste nível que “cada um de nós tem uma ideia de sua própria memória e é capaz de discorrer sobre ela para destacar suas particularidades, seu interesse, sua profundidade ou suas lacunas” (CANDAU, 2018, p. 24). Candau demonstrou que, por ser um conjugado de representações da memória, é no nível da metamemória que a memória coletiva é operada.

Por mais completa que seja uma rememoração, ela será sempre fruto de escolhas. Por mais incontestável que a narrativa de uma rememoração possa ser, ela sempre deixará algo de fora, algo que destoia do discurso que se quer proferir. Parece óbvio declarar que a memória de um é diferente do outro, que o que eu vejo, lembro e sinto é diferente das formas com que o outro vê, lembra e sente. Esse fenômeno é a relação das representações com a memória e sua capacidade de compartilhamento. Nada indica que duas pessoas possam produzir a mesma interpretação do mesmo acontecimento e, por mais similar que seja a

¹³ Para Candau é na memória enciclopédia que se processam os saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.

trajetória de vida de dois observadores, não é possível que eles compartilhem a mesma experiência com a mesma intensidade ao ponto de evocar uma mesma representação. A descoberta da multiplicidade de lembranças possíveis de um mesmo acontecimento, estimuladas por contextos que mudam, demonstra que “a presença do passado no presente é bem mais complexa, bem menos explícita, mas talvez, bem mais forte que a existência de narrativas explícitas nos poderia fazer crer” (RICOUER, 1983 apud CANDAU, 2018, p. 33).

No *Histórico do Povoado do Oco do Pau* foram registrados dois narradores, a senhora Diva Falcão de Oliveira e o senhor Antônio Saturnino Lopes, e apenas um relato:

Oco do Pau não é propriamente um Povoado, e sim um terreno, segundo os entrevistados, Sérgio Sader Dias, Renildo Antônio Barbosa e Antônio Saturnino Lopes. Os mesmos relataram que sua Fundação se deu mais ou menos há 100 anos, tendo como fundadores fazendeiros pertencentes à família de José Dias de Carvalho, conhecido na época por “**Juca Dias da Serra**”. (JEQUITIBÁ-MG, 2004, p. 11, grifo do autor).

No trecho selecionado foram incluídos mais dois entrevistados, totalizando quatro pessoas de referência para uma mesma memória: “os mesmos relataram que sua Fundação...”. Esse relato reduz as lembranças a uma única memória.

Para cada vilarejo, foram entrevistados de uma a quatro pessoas e a partir dos dados recolhidos por essas entrevistas uma narrativa foi construída. Entretanto apenas um relato homogêneo sobre o passado do povoado foi reconstruído, um relato linear e sem pontos de divergência, como se todos se lembrassem da mesma coisa e do mesmo jeito. São relegados ao esquecimento os pontos de divergência entre a rememoração de um e de outro indivíduo, e a lembrança manifestada e não contemplada na narrativa é posta de lado. Esse caráter reducionista das narrativas baseadas em rememorações coletivas foi evidenciado por Candau, quando ele afirmou que “toda tentativa de descrever a memória comum a todos os membros de um grupo a partir de suas lembranças, em um dado momento de suas vidas, é reducionista, pois ela deixa na sombra aquilo que não é compartilhado” (CANDAU, 2018, p.

34). Observe-se o Quadro abaixo¹⁴, em que apresentamos, de maneira resumida, a estrutura de cada povoado representado no documento *Nossa Cidade* (2004):

¹⁴ Procuramos preservar as informações o mais próximas possível do apresentado no documento. Por exemplo, onde no quadro se lê “Histórico”, no documento se lê “Histórico do Povoado de ...”. Não foram feitas adequações nas datas.

Quadro 1 - Relatos Nossa Cidade

POVOADO	ENTREVISTADO	ENTREVISTADOR	DATA DA ENTREVISTA	TEMA ABORDADO	DATA DO POVOADO
Distrito de Lagoa da Trindade	José Leal Pereira	Nair Perazoli	13/05/2004	Histórico; festas; grupos folclóricos.	1800
Bebedouro	Maria Rodrigues Maciel e Osvaldo Rodrigues Maciel	Maria Piedade da Silva	13/05/2004	Histórico; ressalta a falta de comprovação documental da origem do povoado; caso animais, caso cachaça, caus morcego; fonte de renda; grupo folclórico.	Século XVIII
Brejinho	Orzelino Ferreira	Elvâne Gláucia Seifert de Sousa	10/05/2004	Narrativa da origem; grupo folclórico; fundação da escola local; fonte de renda; atividades.	1914
Campo Alegre	Conceição Pereira Antônio	Cristina de Cássia Henriques	13/05/2004	Histórico; as festas; grupo folclórico.	1879
Coqueiros	Orzelino Ferreira	Maria Lúcia Martins Figueiredo de Matos	11/05/2004	Localização; grupo folclórico; limitrofes; fonte de renda; histórias de arrepiar o cabelo	Anterior a 1940
Guará	José Luiz Eustáquio de Moura	Nádia Heloíza Carvalho da Silva Moreira	11/05/2004	Histórico; fonte de renda; limitrofes; caso garrote.	Próximo a 1900
Lagoa de Santo Antônio	Elza Maria Saturnino	Nislene Geralda Lopes Rodrigues	12/05/2004	Histórico; fonte de renda; as festas; grupos de folclore extintos, limitrofes.	Próximo a 1800
Muchila	Maria Elizabeth Cristelli e Joana Otília Cristelli	Fabiula Clara Gonçalves de Matos	11/05/2004	Histórico, limitrofe; escola, fonte de renda.	S/ data
Oco do Pau	Diva Falcão de Oliveira e Antônio Saturnino Lopes	Vanessa Machado Saturnino Souza Mauriza da Conceição Barbosa Moreira Claudete Machado Saturnino	12/05/2004	Histórico; fazenda; escola; fonte de renda; festas.	Há 100 anos
Onça	Horzelino José Machado Filho	Nádia Heloíza Carvalho da Silva Moreira	11/05/2004	Histórico; o porquê do nome; fonte de renda; festas; ex-grupos de folclore.	Anterior a 1902
Patrimônio de Souza	Syneas Martins Campelo	Ana Maria Batista	13/05/2004	Histórico; Carta de Sesmarias;	1743
Perobas	Raimundo Gomes e Anita Batista	Rosilaine Rezende da Silva	10/05/2004	Histórico; fonte de renda; festas; grupos folclóricos.	1850
Pindaíba	Elza Rodrigues Ribeiro	Mara Fernandes Normando	10/05/2004	Histórico; religiosidade; festas; grupos folclóricos; limitrofes.	1863
Quebra-perna	Raimundo Barbosa de Azevedo Hilda Pereira de Barros	Claudiene Martins Gonçalves, Rosilene Martins Batista	13/05/2004	Histórico; grupos folclóricos; festas religiosas; fonte de renda.	Por volta de 1922
Raiz	Gilberto Martins dos Santos	Angela Maria da Piedade, Gláuce de Cássia Martins Rodrigues	10/05/2004	Histórico; fonte de renda; festas; limitrofes; lenda do povoado.	1824
Santo Antônio do Baú	Ilta Gomes e Antônio de Assis Pereira	Lúcia Aparecida Saturnino de Souza, Wanderson Martins Gonçalves	12/05/2004	Histórico; grupos folclóricos; folias;	S/ data
Vargem Bonita		Gláucia Cristelli Diniz	10/05/2004	Histórico	S/ data
Vargem Formosa	Diva Falcão de Oliveira e Antônio Saturnino Lopes	Vanessa Machado Saturnino Souza, Mauriza da Conceição Barbosa Moreira, Claudete Machado Saturnino	12/05/2004	Nomes dos fundadores; histórico; fonte de renda; festas; limitrofes.	Há mais de 150 anos
Vera Cruz	Zacarias de Souza Ramos	Natalice Gonzaga Costa Nascimento	13/05/2004	Histórico, escola;	S/ data

Fonte: (JEQUITIBÁ, 2004, p. editado por Virgínia Lages)

O Quadro acima demonstra o caráter reducionista da memória coletiva exposto por Candau, já que para cada povoado foram escolhidos representantes como guardiões da memória, e seu olhar ajudou a construir o sentimento de pertença de toda uma comunidade.

Outro exemplo que podemos oferecer desse caráter reducionista das narrativas baseadas em memórias coletivas é a busca recorrente pela existência de grupos folclóricos nos povoados. Em *Histórico do Povoado do Guará*, o senhor José Luiz Eustáquio de Moura relata que, “pelo fato da comunidade ser pequena não promovem festas, pois as pessoas se locomovem para o Povoado vizinho, que é o Povoado da Onça. Antigamente existiam os grupos folclóricos, Batuqueiros e Encomendação das Almas” (JEQUITIBÁ-MG, 2004, p. 8). Já no *Histórico do Povoado do Onça*, o senhor Horzelino José Machado Filho relata que “as festas promovidas no Povoado são: Festa do Rosário e São Cristóvão. Atualmente não existem grupos folclóricos no Povoado, porém já existiram Pastorinhas, Catopê e Folia de Reis” (p. 12). Os dois relatos oferecem um padrão: os moradores falando da extinção dos grupos folclóricos nos povoados, dos nomes dos grupos que já existiram e das festas que ainda são celebradas. Esse padrão se repete nos demais povoados. Passado e presente são postos lado a lado. A morte do passado aparece sem nenhuma justificativa, não interessa à narrativa do documento; a única coisa que interessa é a comprovação do passado ao qual se busca dar legitimidade, é a afirmação de que, para todas as vozes do documento: Jequitibá – *é sim!* – a capital do folclore. A morte dos grupos folclóricos na região não é falada, não interessa se ocorre por falta de recurso, por mudança de paradigma religioso ou por um encolhimento da população. Nada disso interessa à narrativa do documento, apenas a comprovação da origem, da herança, do passado do município rico em grupos folclóricos.

4.2 Da Representação

O historiador italiano Carlo Ginzburg, em sua obra *Olhos de Madeira*, refletiu sobre a ambiguidade do conceito de “representação”:

Por um lado, a “representação” faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar. (GINZBURG, 2001, p. 85).

Para ele, a representação é ao mesmo tempo presença e ausência de algo que não está ali, que não está posto. Ginzburg ressaltou dois lados da representação: a mimética, ou aquela que quer se tornar presente, uma imitação da realidade, uma imagem figurada descomprometida com a semelhança de seu modelo, que se transformou num símbolo concreto de abstração. O outro lado da representação é a ausência como sucedâneo, é a própria ausência que torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença.

Quando um grupo evoca uma imagem figurada, evoca uma série de significados que necessitam encontrar validação e aceitação no olhar do observador, que é quem vai acreditar na manifestação e entender (ou não) os significados ali contidos. Observe-se este trecho do documento *Nossa Cidade*:

A população é composta de aproximadamente 68% na área rural e de 32% na área urbana. Conforme dados do Censo de 2000. Jequitibá é reconhecida como a Capital Mineira do Folclore, com forte potencial turístico, cultural, religioso, rural e ecoturístico, reserva aos turistas que por aqui passam, surpresas agradáveis. Livre da poluição com uma extraordinária beleza natural, a cidade passa a ser uma opção para quem busca descanso, lazer e qualidade de vida. (JEQUITIBÁ-MG, 2004, p. 01).
Várias opções de entretenimento são oferecidas aos adeptos da natureza, ciclismo, mountainbike, trekking e cavalgadas pelas trilhas que percorrem os vários povoados e comunidades do município. (JEQUITIBÁ-MG, 2004, p. 01).

Na primeira página, a descrição do município decorre a partir de dados fundamentados em uma fonte confiável – o Censo de 2000. Na sequência, no mesmo parágrafo, Jequitibá é apresentada como a “Capital Mineira do Folclore” e logo após é mencionado o seu potencial turístico. Ora, o epíteto é a autoproclamação de uma cultura, de uma identidade, a reivindicação de uma imagem, de uma representação coletiva que vai ajudando a construir o mundo social idealizado para este município.

Roger Chartier, em *À beira da falésia: entre práticas e representações*, demonstrou que existem três modalidades da relação com o mundo social que ajudam o pesquisador a construir a noção de representação como instrumento essencial de análise cultural:

(...) primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais **a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade**; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir **uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição**; enfim,

as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e **perpetuado a existência do grupo**, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 2002, p. 73, grifo nosso).

A reivindicação do município de Jequitibá como “Capital Mineira do Folclore” feita no texto de *Nossa Cidade* (2004) revela a presença dessas três modalidades às quais Chartier (2002) atentou. O documento é autoproclamado em uma festa tradicional da cidade, organizada pelo poder público municipal e que conta com o envolvimento de toda a comunidade. Ao trazer essa representação para o texto, distribuído pela cidade de Jequitibá nas escolas como fonte de estudos para a cultura local, a representação presente na narrativa se transforma em um ícone concreto de abstração. Essa representação é aceita porque “o nosso relacionamento perceptual com o mundo funciona porque confiamos em histórias anteriores. Aceitamos como verdadeira uma história que nossos ancestrais nos transmitiram”. (ECO, 1994, p. 136).

Precisamos concordar com Chartier (2002) e Ginzburg (2001), que nos ajudam a perceber que a representação enquanto forma simbólica é o ato de nomear, de dar forma a uma realidade que se cobre com o manto da veracidade. A representação é envolta pela força da imaginação que, encapsulada pela veracidade, faz com que a narrativa assuma um estatuto confiável e visível de uma realidade alterada. Sabemos que existe um grande esforço por parte do poder público municipal em legitimar essa identidade de capital mineira do folclore. Ao inseri-la no documento, esse esforço é evidenciado e o epíteto ganha legitimidade e consolidação através dos relatos nele inclusos. A construção dessa representação é um processo pelo qual se institui um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar de quem ou o quê representa. Assim, a reconstrução do passado do município em *Nossa Cidade* (2004) tomará o lugar do próprio município através das atribuições de significados; e, para os não representados, sobrarão somente o esquecimento.

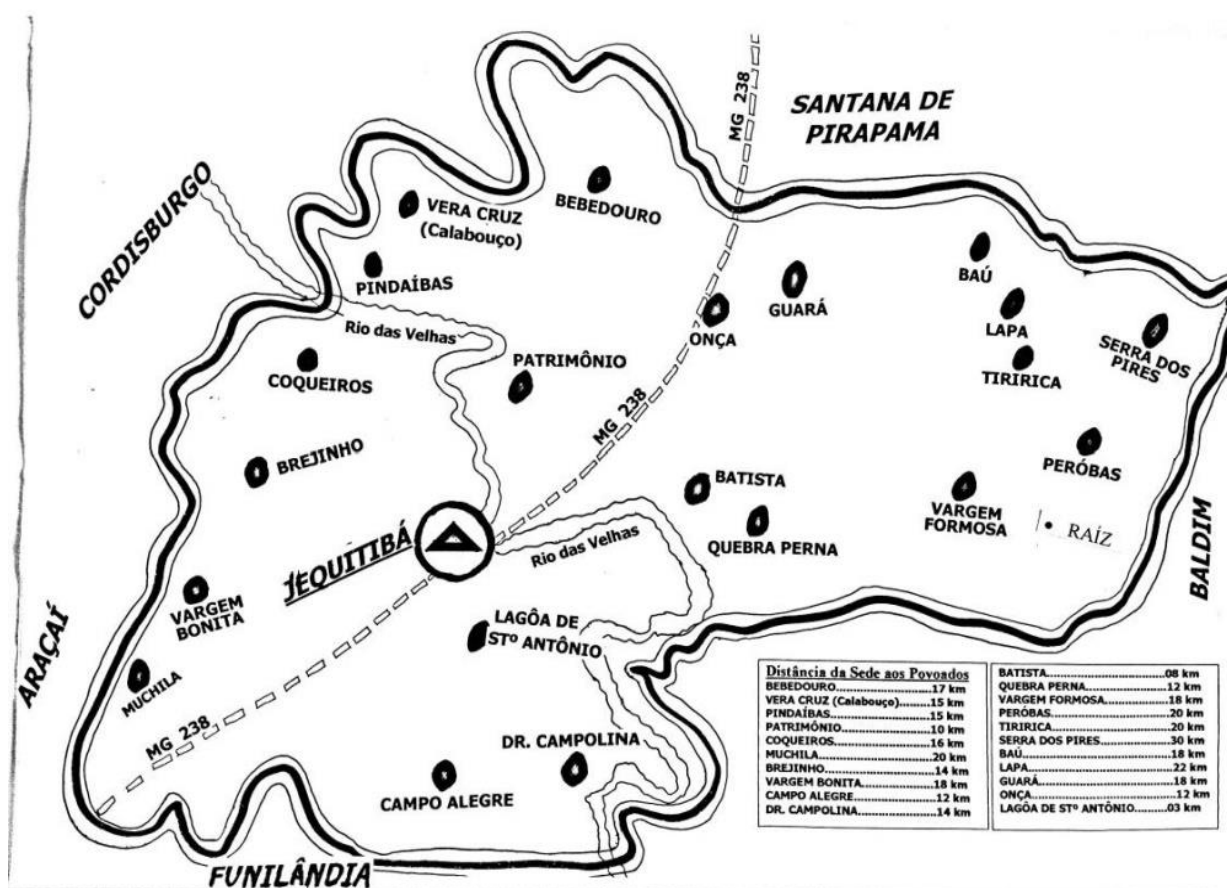
4.3 Do Esquecimento

Nossa Cidade (2004), ao apresentar sua extensão territorial, define que o município é dividido em 21 povoados e um distrito, mas faz menção a apenas 19 povoados: Dr. Campolina, Bebedouro, Brejinho, Campo Alegre, Coqueiros, Guará, Lagoa do Santo

Antônio, Oco do Pau, Muchila, Onça, Patrimônio de Souza, Perobas, Pindaíba, Quebra Perna, Raiz, Santo Antônio do Baú, Vargem Bonita, Vargem Formosa e Vera Cruz. No entanto, percebemos que essa não é a sua realidade territorial.

Em uma de nossas visitas ao Arquivo Público Municipal¹⁵, que se encontra em uma sala no prédio da prefeitura de Jequitibá, observamos exposto na parede da recepção da prefeitura um enorme mapa com a divisão territorial do município. Esse mapa foi elaborado pelos agentes municipais de saúde no intuito de demarcar e auxiliar o atendimento às comunidades inseridas na divisão territorial municipal. O trabalho dos agentes de saúde foi tão acurado que a prefeitura ampliou, emoldurou e expôs uma réplica do mapa.

Figura 10: Localização de Jequitibá e suas comunidades.



Fonte: Biblioteca Pública da Prefeitura Municipal de Jequitibá, MG

¹⁵ Visita feita em set./2018.

Confrontando *Nossa Cidade* (2004) com o mapa, observamos que quatro povoados não foram representados ou sequer mencionados: os povoados de Batista, Lapa, Tiririca e Serra dos Pires. Esse esquecimento, essa omissão, intriga-nos e leva-nos ao óbvio e não menos importante questionamento: por que tais povoados não foram representados no documento *Nossa Cidade* (2004)?

Jöel Candau (2018) compreende o papel dos esquecimentos na construção da memória de uma forma peculiar, como sendo dotados de uma função instrumental. A essa instrumentalização do esquecimento ele dá o nome de “esquecimentos tradicionais”, que são aqueles que criam um vínculo entre os indivíduos e o presente e são também fundamentais para a criação das identidades culturais. Nesse sentido, memória e esquecimento são indissociáveis na criação de identidades.

O esquecimento não é sempre uma fragilidade da memória, um fracasso da restituição do passado. Ele pode ser êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios. (CANDAU, 2018, p. 127).

Candau não vê o esquecimento de forma “frágil”, mas “útil”, ou, como dissemos acima, “instrumental”. Veja-se, no *Histórico do Povoado de Quebra-Perna*, o relato do senhor Raimundo Barbosa de Azevedo e da senhora Hilda Pereira de Barros:

Hoje em dia não há mais festas religiosas como tinha antigamente. Os moradores participam das festas que acontecem no povoado vizinho chamado Batista, que tem este nome devido o fato de ter aglomerado um grande número de pessoas com este sobrenome. (JEQUITIBÁ-MG, 2004, p. 16).

O povoado de Batista foi um dos povoados “esquecidos” pelo documento, mas não totalmente pelos relatos. Há uma presença latente que escapou entre as frestas do esquecimento promovido, como se vê nesse trecho do *Histórico do Povoado de Patrimônio/Souza*:

Em 1838, Padre João Marques Guimarães faleceu com testamento, sendo o seu testamenteiro o Sr. Estevão de Souza Carvalho, tendo dado para o testamenteiro em sinal de gratidão a Fazenda do Patrimônio, constando 50 alqueires de capoeirões e mato virgens. Nesta altura dos acontecimentos tenho firme convicção que foi o primeiro habitante deste lugar (**sem falar nos índios que aqui haviam (sic) em abundância**). (JEQUITIBÁ-MG, 2004, p. 13, grifo nosso)

Na primeira página de *Nossa Cidade* (2004), além da origem do nome, o texto discorre sobre os fatos mais importantes da história da cidade. Há uma preocupação em estabelecer a origem fundadora dos limites municipais, mas não há um reconhecimento de sua população existente antes da colonização. A população indígena não é reconhecida como os primeiros habitantes. Trata-se de outro esquecimento promovido, que insiste em subverter a ordem estabelecida.

Sobre o esquecimento dessas comunidades no documento, levantamos duas possibilidades, a primeira das quais por aproximação geográfica dos povoados. Inferimos que a narrativa sobre o povoado de Batista foi incorporado à do povoado de Quebra-Perna, pois as duas pessoas entrevistadas neste último pertencem à família “Batista”. Os povoados Lapa e Tiririca fazem parte, por aproximação geográfica, da região do povoado de Santo Antônio do Baú. O povoado Serra dos Pires, por ser uma região de difícil acesso, encontra-se representado na narrativa do povoado de Perobas. Uma segunda possibilidade diz respeito às relações de poder¹⁶ estabelecidas no município.

Pensar em uma explicação para esse esquecimento é, também, refletir sobre as relações de pertencimento estabelecidas a partir da memória coletiva. Ora, o documento *Nossa Cidade* (2004) é a principal fonte de informação, indicada pelo poder público municipal, sobre o passado da cidade. Ele é, também, utilizado nas escolas para que os alunos conheçam o passado e as histórias das comunidades que, juntas, formam o município. Para o sociólogo Michael Pollack (1989, 1992), é na memória que se fundamenta o sentimento de pertencimento e as fronteiras sociais entre coletividades – partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, famílias, comunidades, nações, categorias profissionais etc. Para esse pesquisador, as memórias, sejam individuais ou coletivas, envolvem três elementos essenciais – pessoas, lugares e acontecimentos – que se dividem em dois elementos constitutivos:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são **os acontecimentos vividos pessoalmente**. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "**vividos por tabela**", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente

¹⁶ Tomamos emprestado de Michael Foucault o conceito de “relações de poder”. Para Foucault não existe poder, existem relações de poder e estas são assimétricas; estão sempre em posição de desigualdade, embora o elemento de desequilíbrio possa mudar e se inverter. As relações de poder são exercidas através da produção e da troca de signos e delas nada nem ninguém escapa. (FOUCAULT, 2003)

pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. (POLLACK, 1992, p. 201, grifo nosso).

Nas entrevistas contidas em *Nossa Cidade* (2004) encontramos traços dos dois elementos: acontecimentos que o entrevistado presenciou e acontecimentos dos quais o entrevistado participou indiretamente – a partir do sentimento de pertencimento do indivíduo a seu grupo. Em suma, a instituição de memórias envolve as experiências vividas diretamente e as experiências herdadas, aprendidas, transmitidas aos indivíduos pelos grupos através do processo de socialização.

Vale dizer que, no processo de reconstituição dos acontecimentos, pessoas e lugares que compõem as experiências diretas e indiretas dos indivíduos e grupos, nem sempre o resultado é uma versão totalmente fiel à realidade. As memórias podem envolver elementos que transcendam a duração de vida dos indivíduos e grupos, que evoquem passagens míticas e fantásticas. Sendo assim, o processo de reconstituição das lembranças pode oferecer lugar a imprecisões, invenções, confusões, projeções e incoerências. Conscientes ou inconscientes, deliberadas ou não, essas imprecisões envolvem os silêncios e os esquecimentos que se dão no processo.

Nessa perspectiva, entendemos que os acontecimentos “vividos por tabela” estão associados diretamente com as relações de pertencimento estabelecidas por uma comunidade. Aos povoados esquecidos ou incorporados por outros no documento *Nossa Cidade* (2004) é negado o sentimento de identificação com o projeto político vigente, o que Pollak chamou de socialização política: “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (1992, p. 201).

Essa memória herdada é passada em todas as esferas sociais: em casa, nas igrejas, no convívio social e na escola. Enquanto educadores, intriga-nos o empenho que o poder público municipal de Jequitibá tem ao elevar o documento *Nossa Cidade* (2004) ao posto de portador da memória e das tradições locais. É por meio dele que as novas gerações terão contato na escola com as tradições que o Estado quer preservar; entretanto, o documento omite três povoados, mais do que isso, revela um projeto político municipal para a cidade.

4.4 Da Identidade

Ao visitarmos os arquivos públicos de Jequitibá encontramos a Ata da solenidade de instalação, indicação e posse dos governantes e demais autoridades do estado mineiro do folclore (Anexo I). Nela conseguimos perceber que, com a mescla em Nossa Cidade entre dados estatísticos e representação, a realidade do município é alterada. Este deixa de ser uma pequena comunidade de pouco mais que cinco mil habitantes para se transformar naquilo que não é: uma capital: Jequitibá, a “capital” mineira do folclore.

Que identidade é essa de que estamos falando? Primeiro, precisamos esclarecer que estamos nos referindo à identidade construída pelo poder público municipal, baseada no epíteto de capital mineira do folclore brasileiro que a cidade empenha. Câmara Cascudo definiu folclore da seguinte forma:

É a cultura do popular, tornada normativa pela tradição. Compreende técnicas e processos utilitários que se valorizam numa ampliação emocional, além do ângulo do funcionamento racional. A mentalidade, móbil e plástica, torna tradição os dados recentes, integrando-os na mecânica assimiladora do fato coletivo, permanência estática, embora renovada na dinâmica das águas vivas. O folclore inclui objetos e fórmulas populares uma quarta dimensão, sensível ao seu ambiente. Não apenas conserva, depende e mantém os padrões imperturbáveis do entendimento e ação, mas remodela, refaz ou abandona elementos que se esvaziaram de motivos ou finalidades indispensáveis a determinadas sequências ou presença grupal. (...) O folclore deve estudar todas as manifestações tradicionais na vida coletiva. (CASCUDO, 1972, p. 400).

Como demonstrado anteriormente, Jequitibá quase foi alçada ao status de Capital do Estado de Minas Gerais. Esse fato desperta um sentimento latente; ele é *potência*, é possibilidade daquilo que poderia ter sido. Ao adotar o epíteto de capital mineira do folclore brasileiro, ele é *ato*, é uma manifestação atual daquilo que quer ser.

Vivemos sob o signo da ambivalência. O sujeito na atualidade pode escolher não uma, mas várias identidades que o representem. As relações são construídas, desconstruídas e organizadas conforme as escolhas que o sujeito faz para si. O sujeito não vive isolado, mas é plural, multicultural. Das escolhas do “eu” para as escolhas do “nós”, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, como demonstrado por Pollack:

Podemos portanto dizer que **a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade**, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1989, p. 5, grifo nosso).

É esse sentimento de coerência, apontado por Pollak, que nos chamou a atenção no documento *Nossa Cidade* (2004). Estamos falando de uma cidade do século XVII, cujos vários passados podemos apontar. Podemos evocar um passado indígena, um passado barroco, um passado bandeirante, um passado afrodescendente, escravo, quilombola, um passado minerador e assim por diante. Há uma multiplicidade de lembranças que a cidade, apesar de pequena, carrega em suas ruas e em suas pessoas. O poder público municipal, ao produzir e difundir a referida documentação como portadora não só da memória, mas de uma única identidade (“Jequitibá, a capital mineira do folclore”), priorizou um elo cultural que é representado pelo folclore, entendendo-se por este termo as “manifestações tradicionais na vida coletiva” representadas na cidade pelas guardas de congadas e as reisadas. Todo o resto é esquecido, ou melhor, é relegado a um segundo plano, não havendo referência a nenhum outro passado da cidade.

O antropólogo Joël Candau (2018) observou que a identidade enquanto construção social já é consenso entre pesquisadores e que “de certa maneira sempre acontece no quadro de uma relação dialógica com o *Outro*”, uma elaboração social contínua e que tem na diferença seu contraponto; ou seja, as relações sociais e a alteridade são elementos constitutivos da identidade cultural.

Stuart Hall, em sua célebre obra *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, para refletir sobre o fenômeno da pluralidade de identidades que o sujeito hoje assume, historicizou as significações atribuídas a esse conceito no tempo. Para tal, descreveu três concepções de sujeito e as concepções de identidade imputadas a ele. Uma identidade era a iluminista, segundo a qual o sujeito nascia com um núcleo interior, seu eu próprio, e o desenvolvia ao longo de sua vida. Essa concepção de identidade era pautada por uma noção individualista do sujeito totalmente “centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (HALL, 2006, p. 10). A seguir, passou a vigorar uma concepção sociológica de identidade que “refletia a complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente”, ou seja, o sujeito era

formado a partir da relação entre o “eu” e a sociedade. Mas essa concepção ainda adotava a noção de que o sujeito possuía uma identidade unificada (HALL, 2006, p. 11).

Abandonou-se a concepção do indivíduo como um ser fechado em si, mas o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o seu “eu real”, formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. Atualmente, sustenta-se a noção de um sujeito pós-moderno e da identidade como processo. Admite-se que não há mais uma identidade fixa, essencial ou permanente, e que o sujeito é desintegrado, fragmentado, plural, composto por uma multiplicidade de identidades e que podem, inclusive, ser contraditórias e não resolvidas. Adota-se um sentimento de pertencimento a realidades, como algo culturalmente formado. Assim, a identidade torna-se uma celebração volátil que é formada e transformada continuamente em relação às nossas representações e indagações junto aos sistemas culturais que nos rodeiam.

A noção de uma identidade única, solidificada e definitiva é rejeitada tanto por Hall quanto por Candau. Ambos colocam a identidade como algo provisório, processual, relacional e que está sempre em fase de construção. Tal mudança propiciou a noção de que os indivíduos são constantemente postos em relação ao “outro”. A alteridade é colocada como elemento constituinte do sujeito e as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Precisamos reconhecer a perturbadora evidência da força do “outro”: de que é por meio da relação com aquilo que não é, da falta e do esquecimento que nossa identidade é construída.

5 POR UMA POLÍTICA PÚBLICA MNEMÔNICA

Neste capítulo apresentamos os resultados da pesquisa e os discutimos. Analisamos como as políticas públicas colaboraram na construção de uma identidade cultural local para a comunidade a partir da escola. Refletimos sobre o caráter político do currículo escolar na Escola Municipal Lourismar Palhares Machado (Povoado da Onça) e discutimos o último questionamento: qual imagem ou sentimento de pertencimento, da escola e da comunidade, a utilização do documento no meio escolar constrói? Este capítulo relaciona-se ao objetivo de descrever como o documento *Nossa Cidade* (2004) é utilizado pela rede de ensino municipal da cidade de Jequitibá (MG).

O que são políticas públicas? Ou melhor, o que entendemos por políticas públicas? É relevante fazer uma breve reflexão sobre o conceito, dado que seu entendimento nos ajudará a compor o cerne de nossa hipótese de que o município promove/promoveu uma política pública de valorização de uma identidade local fundada nas tradições e práticas religiosas da comunidade. Conforme Caldas:

(...) Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. (CALDAS, 2005, p. 5)

Resumidamente, podemos dizer que as políticas públicas são ações de governo, são medidas formuladas a partir de decisões estratégicas que colocam em prática as metas, os planos e o planejamento governamental. Se forem decisões estratégicas, isso significa que estamos tratando não somente de ação, mas também de inação, pois as decisões estratégicas e de planejamento envolvem tanto “o que se quer fazer” quanto “o que não se quer fazer”. Sobre este ponto, Saravia expõe que:

É um sistema de decisões públicas que visa ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou mais setores da sociedade, através da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAVIA, 2007, p. 29).

A partir desse ponto de vista podemos entender as políticas públicas como ações intencionais, que podem ser de longo ou curto prazo, baseadas em um conjunto de valores, ideais e perspectivas pertencentes aos detentores de decisão, que revelam não só aquilo que um governo faz, mas também o que deixa de fazer.

Atualmente, a Prefeitura de Jequitibá possui uma estrutura organizacional vertical, definida por ordem hierárquica: o Prefeito no topo, seguido de Chefe de Gabinete do Prefeito; Diretor de Gabinete e Secretarias (Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Esportes, Turismo, Juventude e Cultura, Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Habitação e Secretaria Municipal de Saúde). Essa estrutura é representada pelo organograma institucional fornecido no *site* da Prefeitura:

A partir do organograma podemos observar as seguintes características: é uma estrutura organizacional clássica, baseada na autoridade linear (ou única), com uma cadeia de comando bem definida, linhas formais de comunicação e tomada de decisão centralizada. Esse tipo de estrutura possui vários níveis administrativos e hierárquicos e tem como ponto forte uma divisão de tarefas bem definidas e como ponto fraco uma estrutura mais burocratizada¹⁷.

As secretarias são os órgãos de maior divisão de funções e tarefas operacionais. A definição hierárquica da tomada de decisão da Secretaria Municipal de Esportes, Turismo, Juventude e Cultura (SEC CULT) nos chamou a atenção¹⁸: Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Juventude e Cultura; Diretor Municipal Esporte, Turismo, Juventude e Cultura; Supervisor de Turismo, Supervisor de Esportes, Supervisor de ações para a Juventude e, por último, o Chefe de atividades culturais. Observe-se que, na tomada de decisão, o Supervisor de Turismo está em uma posição hierárquica superior às atividades de Esporte, Juventude e Cultura.

Representante da autonomia municipal e atuante como uma Constituição ao nível Municipal, a Lei Orgânica do Município de Jequitibá/MG vigente é do ano de 2004. Nela são definidos os direitos, deveres, objetivos, enfim, toda a organização e ambição que o município tem. O parágrafo único do art. 9º apresenta os objetivos prioritários do município. Dos quatorze incisos previstos, cinco são pertinentes à educação, à cultura e ao turismo:

- I – assegurar a permanência da cidade enquanto espaço viável e de vocação histórica, que possibilite o efetivo exercício da cidadania;
- II – preservar a sua identidade, adequando as exigências do desenvolvimento à preservação de sua memória, tradição e peculiaridade;
- V – aprofundar a sua vocação de centro aglutinador e irradiador da cultura brasileira;
- VI – gerir interesses sociais como fator essencial para o desenvolvimento da comunidade;
- X – estimular e difundir o ensino e a cultura, protegendo o patrimônio cultural, histórico e o meio ambiente, combatendo a poluição em todas as suas formas; (JEQUITIBÁ-MG, 2004 b, p. 13).

¹⁷ Para mais ver: Chiavenato, I. **Princípios de Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

¹⁸ Foi feito um recorte em função de tempo e pertinência aos objetivos desta pesquisa, de modo que avaliamos apenas a estrutura da SEC CULT.

A partir desses incisos, pudemos perceber que o Poder Público assegurou, por lei e como objetivos municipais prioritários, não só a vocação histórica da cidade como sua permanência.

O dicionário Houaiss define o verbete “vocação” como “disposição natural; tendência”. A tendência demonstra uma predisposição natural, mas sua efetivação precisa de labor, ou seja, para que a vocação floresça é preciso trabalho. A predestinação natural encontra-se na multiplicidade de possibilidades sobre o passado da cidade, uma cidade do século XVII que guarda em suas ruas, construções e pessoas o testemunho de sua existência.

Atada à vocação histórica da cidade está a valorização de uma identidade escolhida e determinada pelo projeto político vigente. Isso quer dizer que o município irá construir possibilidades para a efetivação de sua vocação, e essa construção é feita através de políticas públicas que incentivam e dão visibilidade às propostas do projeto. Assim, preservar a identidade faz parte do projeto político municipal e ocupa um lugar entre os objetivos prioritários da Lei Orgânica do Município de Jequitibá (2004 b). Mas de que identidade estamos falando?

Observe-se que ambos os documentos – Lei Orgânica do Município de Jequitibá (2004 b) e *Nossa Cidade* (2004) – foram produzidos no ano de 2004 e por agentes públicos municipais. No capítulo anterior, conseguimos perceber que a identidade é fruto de escolhas, que é uma construção e que sua legitimidade é fundamentada na memória. Então, ao invocar uma identidade, a Lei Orgânica tem uma representação em foco, como bem lembrado por Candau:

Finalmente, é quase banal constatar que, no quadro de estratégias identitárias os indivíduos operam escolhas sempre no interior de um repertório flexível e aberto a diferentes meios: representações, ‘mito-histórias’, crenças, ritos, saberes, heranças etc., ou seja, no interior de um registro memorial. (CANDAU, 2018, p. 17)

A representação é envolta pela força da imaginação que, encapsulada pela veracidade, faz com que a narrativa assuma um estatuto confiável e visível de uma realidade alterada. O grande esforço feito pelo poder público municipal para legitimar essa identidade de capital mineira do folclore se revela uma estratégia política, na qual os indivíduos produtores de sentido são os agentes públicos municipais, um desejo fundamentado dentro de um relato memorial. A construção dessa representação é um processo pelo qual se institui um

representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar de quem ou o quê representa. Assim, a reconstrução do passado do município em *Nossa Cidade* (2004) tomará o lugar do próprio município através das atribuições de significados e sua aceitação encontra-se fundamentada na capa de veracidade que o passado assume.

Constatamos que, no caso do município de Jequitibá, esse registro memorial a que Candau faz referência é o documento *Nossa Cidade* (2004), construído e organizado por agentes públicos. Mesmo que separados por poderes diferentes, a Lei Orgânica (2004 b) (construída pelo Poder Legislativo) e *Nossa Cidade* (2004) (pelo Poder Executivo) se entrecruzam e dialogam declaradamente ao invocarem o retorno à tradição e à preservação da memória. “Jequitibá, a capital mineira do folclore”, priorizou um elo cultural que é representado pelo folclore, pelas “manifestações tradicionais na vida coletiva”, representadas na cidade pelas guardas de congadas e as reisadas. Adotou-se um sentimento de pertencimento de realidades no qual a identidade tornou-se uma celebração volátil, formada e transformada continuamente em relação às nossas representações e indagações junto aos sistemas culturais que nos rodeiam.

Outro objetivo prioritário se relaciona ao estímulo e difusão do ensino e da cultura, ligados à proteção do patrimônio cultural. Observe-se que essa mesma lei, no artigo 275, inciso X, preconiza a valorização da experiência extraescolar e, no inciso XI, a vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais (2004 b, p. 138). Nesse sentido, precisamos refletir sobre a educação enquanto projeto político, o que, em nossa pesquisa, se apresenta de duas formas: a partir do caráter político que o currículo escolar assume e, também, no desejo do poder público municipal de estabelecer uma correspondência identitária sólida e fundamentada em um passado escolhido.

Relacionar educação e políticas públicas nunca é tarefa fácil, começando pela dificuldade em delimitar o objeto. Compreendemos “políticas públicas” como tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer. Mas a educação vai além do ambiente escolar, os laços sociais também fazem parte dela – família, amigos, igreja, trabalho, rua, diversão. Ela envolve todas as esferas da vida prática. Entretanto, a educação só é escolar quando delimitada por sistema que é fruto de políticas públicas e que acontece dentro do ambiente escolar. Isso não basta, porque a educação escolar pode, também, acontecer fora dos muros da escola, desde que esteja inserida no currículo escolar. Desse modo, quando falamos em educação, referimo-

nos àquela que é delimitada por um sistema de políticas públicas educacionais e que está acolhida no currículo escolar.

Os recentes debates em torno da importância de uma base única escolar e os debates atuais acerca da neutralidade do professor e do conteúdo escolar reacendem, juntamente com a discussão da dimensão política atual, aquilo que podemos chamar de “definição curricular” adequada. Essas discussões, amparadas por um amplo leque de tendências de interesses econômicos, culturais, religiosos e morais, compõem o intenso jogo político que cerceia a discussão curricular. Isso porque o currículo é uma produção cultural, no sentido de que é produtor de significados e legitimador de condutas sociais, trabalhistas, políticas. Ele “não é um produto de uma luta fora da escola para significar o conhecimento legítimo, não é uma parte legitimada da cultura que é transposta para a escola, mas é a própria luta pela produção do significado” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 93).

Por isso afirmamos acima que o município de Jequitibá adotou uma política educacional municipal de longo prazo, fortemente amparada na valorização e na construção de uma identidade cultural local. Sua legitimidade se deu a partir da inserção no currículo escolar do documento *Nossa Cidade* (2004), utilizado como fonte de estudo para aulas de História e Literatura, e do Festival de Folclore de Jequitibá, que tem espaço reservado em sua programação para apresentação das escolas locais.

Dando sequência aos objetivos prioritários da Lei Orgânica do Município de Jequitibá (2004 b), o inciso VI preconiza a gestão dos interesses sociais como fator essencial para o desenvolvimento da comunidade. Quais interesses podemos comprovar com nossa pesquisa? Para responder a essa pergunta precisamos mencionar o inciso X desse mesmo artigo, que fala sobre o estímulo e a difusão do ensino e da cultura. A primeira coisa que precisamos estabelecer é que, quando falamos em cultura na cidade de Jequitibá, estamos nos referindo a políticas de turismo, pois, hierarquicamente, no município de Jequitibá, o Chefe de atividades culturais encontra-se subordinado ao Supervisor de Turismo, conforme Figura 11. Então, para avaliarmos o incentivo à cultura, precisamos entender o valor atribuído à atividade do turismo no município. O artigo 254 da Lei Orgânica Municipal preconiza que: “O Município, colaborando com os segmentos do setor, apoiará e incentivará o turismo como atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção e desenvolvimento social e cultural” (2004 b). Observe-se que turismo e cultura estão ligados por lei, por hierarquia e por

tradição política; falar em cultura implica falar em turismo. Estabelecido isso, precisamos traçar as relações entre turismo e a identidade cultural de que o poder público municipal é grande incentivador. De acordo com o inciso I do artigo 255, é dever do município:

- I – adotar, por meio de lei geral, plano integrado e permanente de desenvolvimento do turismo em seu território;
 - IV – regulamentar o uso, ocupação e fruição de bens naturais e culturais de interesse turístico, proteger o patrimônio ecológico e histórico-cultural e incentivar o turismo social;
 - V – promover a conscientização do público para preservação e difusão dos recursos naturais e do turismo, como atividade econômica e fator de desenvolvimento;
- (JEQUITIBÁ-MG, 2004 b)

Percebe-se que o turismo em Jequitibá tem um foco no desenvolvimento econômico que se relaciona à preservação dos recursos naturais e culturais municipais. Mas o que são esses recursos do turismo? Ora, a Festa do Folclore é a maior e mais tradicional atividade turística municipal. No espaço de uma semana as ruas, hotéis e o comércio da cidade ficam cheios de turistas. Vale ressaltar que, no estado de Minas Gerais, turismo, cultura e patrimônio estão diretamente relacionados. São muitas as cidades mineiras que têm como grande fonte de recursos, quiçá a maior, o turismo: Ouro Preto, Mariana, São João Del Rey, Tiradentes e assim por diante. De acordo com o Observatório de Turismo de Minas Gerais, o mercado de turismo é um setor em amplo crescimento e o investimento favorece não somente aqueles que se beneficiam diretamente, mas indiretamente toda a população.

Uma política de turismo histórico é uma política em longo prazo, que necessita reafirmar as bases histórico-culturais do município e fazer transparecer o fator atrativo para turistas. É o caso das construções de Ouro Preto, da arte de Aleijadinho em Congonhas, das páginas consagradas dos livros de História em Tiradentes e assim por diante. Cada município tem um chamariz e, em Jequitibá, foi escolhida a alcunha de capital mineira do folclore.

Comprovamos que há uma relação direta entre a difusão do documento *Nossa Cidade* (2004) nas escolas e o dever do município de difundir o turismo. Consideramos que seja o fator motivador para o desenvolvimento desse projeto político a difusão de uma identidade, de um passado determinado e escolhido. Essas relações entre turismo e escola, postas por lei, se dão na valorização da experiência extraescolar – que acontece principalmente pela participação da escola no Festival do Folclore e pela vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais. Seja por fatores comerciais, seja por fatores

educacionais, percebemos que o município de Jequitibá adotou uma política educacional municipal de longo prazo, fortemente amparada na valorização e na construção de uma identidade cultural local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado estruturamos a dissertação em três (3) capítulos. No capítulo 1, “Documento do quê, de quem, para quem?”, fizemos a análise dos documentos, *Nossa Cidade* (2004) e do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Lourismar Palhares Machado (2016) e traçamos as relações destes com a cidade e com a escola. Observamos que o Poder Público Municipal construiu uma representação de passado que tem um fim político-social, essa representação fundamenta o projeto político de desenvolvimento e exploração do turismo no município como atividade econômica. Compreendemos que esse é um projeto de longo prazo que se firma a partir da escola uma “verdade” sobre o passado da cidade e o dever de comemoração e continuação dessa imagem.

No capítulo 2, abordamos os conceitos de “Memória, esquecimento, identidade e representação”, explicitando-os e relacionando às definições constatadas a partir da documentação e sua relação e inserção no currículo escolar. Vimos que apesar da escola se autocompreender como uma “escola rural”, essa compreensão não se reflete no currículo que, neste caso, é uma reprodução de uma base curricular única sugerida pelo governo. Essa conformidade mostra-nos uma escola com um comportamento mais pacífico, mais para uma reprodutora de matérias do que um local de construção de conhecimento a partir da realidade da comunidade, que neste caso é uma comunidade rural. Observamos também que esse currículo abre espaço para atividades relacionadas ao folclore, em conformidade com o projeto político municipal de construção de uma identidade cultural que sustenta o epíteto de *Jequitibá a capital mineira do folclore*.

Em nosso último capítulo, capítulo 3, “Por uma política pública mnemônica” analisamos como as políticas públicas corroboraram na construção de uma identidade cultural local para a comunidade a partir da escola. Comprovamos que através do documento *Nossa Cidade* (2004) um projeto político de desenvolvimento turístico é fundamentado e desenvolvido no município e, também, a partir da escola. Essas relações entre turismo e escola, postas por lei, se dão na valorização da experiência extraescolar – que acontece principalmente na participação das escolas no Festival do Folclore e na vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais. O que comprovou nossa hipótese de que o

Município promove uma política pública de valorização de uma identidade local fundada nas tradições e práticas da comunidade.

Para Jöel Candau (2018), o ser humano não deveria apenas lembrar o que passou, mas fazer alguma coisa em relação a essa lembrança. O que relacionamos facilmente ao projeto político que o município de Jequitibá empreendeu em cima da memória, da tradição e da escola, que foi assumir um compromisso em assegurar a vocação histórica e a preservação da identidade municipal, que se concretiza na alcunha “Jequitibá, a capital mineira do folclore”. A invocação da memória atua como “uma força de identidade no interior de um registro memorial”, ou seja, dentro de um conjunto de estratégias e representações nas quais os indivíduos operam escolhas direcionadas. Nesse sentido, *Nossa Cidade* (2004), enquanto um material paradidático transita entre o ato de rememorar e o ato de empreender um uso produtivo do passado.

Consideramos que o município adotou estratégias diretamente relacionadas: ao documento *Nossa Cidade* (2004), construído por agentes públicos no ano de 2004, que fundamentou e legitimou a vocação da cidade: à Festa do Folclore, que acontece anualmente desde 1988 com recursos públicos; à inserção no currículo escolar das duas estratégias mencionadas – o uso de *Nossa Cidade* como material paradidático sobre o passado do município e a participação da escola na Festa do Folclore amparada no projeto Mostra Folclore. Essas três estratégias firmam o epíteto *Jequitibá a capital mineira do folclore* como um lugar de memória, no qual a identidade da cidade é comemorada. Mas para que se firmar na comunidade uma identidade cultural única? Enquanto material paradidático o que esse documento forma? Que tipo de aluno se quer formar?

Demerval Saviani em *Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos*, neste artigo ele demonstrou como a relação entre trabalho e educação foi modificando ao longo do tempo. Ele faz uma importante relação entre identidade, educação formal e trabalho:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da

educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154)

Se o homem forma-se homem a partir de um processo educativo então “a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade”. Observamos que, no documento, o verbete “escola” apareceu oito (8) vezes; “professor” cinco (5) vezes; “aluno” duas (2) vezes. O verbo “estudar” apareceu duas (2) vezes e o verbo “trabalhar” nove (9) vezes. Como dito anteriormente, entendemos escola como um local de aprendizagem, de troca de conhecimentos e de formação. Por trabalho entendemos o labor, ação de produzir sua sobrevivência. Vimos também que o PPP (2016) conceituou o currículo como um conjunto de “valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando”. Nesse sentido, inferimos que esse Projeto Político Municipal a partir de uma tríade documental – *Nossa Cidade* (2004), Lei Orgânica Municipal (2004) e a utilização de *Nossa Cidade* como material paradidático – foi capaz de proporcionar uma referência sólida para seus objetivos. Formar trabalhadores que possam cooperar com o projeto político vigente.

O passado que importa é o passado que flui em direção aos interesses do atual grupo político hegemônico. Inferimos que, a partir da distribuição desse documento reconhecido pelo poder público municipal, uma representação do passado da cidade foi construída e buscou na lembrança fundamentar a narrativa proposta. Historicamente falando, as formas pelas quais as sociedades têm se relacionado com o passado variam de acordo com a organização social e com o desenvolvimento dos processos históricos das sociedades. Hobsbawm (1998) apontou para os possíveis usos sociais do passado, o que cada grupo ou sociedade denomina como passado não é a totalidade de um fato passado, tampouco o passado tal como ele ocorreu, mas "uma seleção particular daquilo que é lembrado" (p. 17-23). Essa seleção com profundos efeitos em termos da constituição de um projeto identitário implica, diretamente, em projetos de construção de hegemonia por parte de grupos sociais. O que em nosso estudo refletiu no desejo que o Poder Público Municipal tem em fundamentar uma identidade ligada ao folclore e, conseqüentemente, a um projeto de desenvolvimento econômico. Isso é fazer um uso social do passado, cabe destacar que esta forma de se "usar" o

passado é bastante específica das sociedades modernas ocidentais e tem predominado na nossa maneira de perceber o presente e de projetar o futuro.

Por isso, pensar na construção de uma identidade cultural local a partir do documento *Nossa Cidade* (2004), distribuído nas escolas e no *site* do município, é pensar nas identificações que o Estado – aqui na figura do poder público municipal – quer legitimar e fomentar, escolhendo-as e adequando-as às diretrizes curriculares, transformando-as em conteúdos aplicados dentro e fora do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- ARAUJO, Ridalvo Felix de; QUEIROZ, Sônia. **Coco dançado e candombe mineiro: tradições performáticas banto-brasileiras**. BOITATÁ-Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL. Londrina, n. 18, jul-dez 2014.
- ARISTOTELES. 2013. **Da Memória e da Reminiscência**. Amazon Digital Services LLC/Ebook Kindle.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagma (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**. Lisboa: Edições 70, 2005.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html. Acesso em: 1 mar. 2017.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm Acesso em 17 jun. 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais MEC/SEF, 1997/ Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acesso em 17 jun. 2017.
- CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do campo: campo - políticas públicas – educação**. (NEAD Especial: 10). Brasília: INCRA; MDA, 2008. p. 44-55.
- CALDART, Roseli Salete (ORG) et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CALDAS, Ricardo Wahrendorff (ORG) **Políticas Públicas: Conceitos e Práticas**. Série Políticas Públicas, n.º 7. Belo Horizonte: Sebrae/MG. 2008.

- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1972.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHIAVENATO, I. **Princípios de Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.
- DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- DEMO, Pedro. **Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade**. Sociedade e Estado, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul./dez. 2002.
- ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1994.
- FONSECA, Sônia. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. 7ª ed., São Paulo: Papirus, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- GOULART, E. M. A. **O Caminho dos Currais do Rio das Velhas – a Estrada Real do Sertão**. Belo Horizonte: COOPMED, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro. 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HENRIQUES, Ricardo; et all, Antonio Marangon; Michiele Delamora; Adelaide Chamusca. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**. Cadernos Secad 2. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília – DF, 2007.
- HOBBSAWM, E. J. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 336p.

HOUAISS, A. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JEQUITIBÁ, Prefeitura Municipal de. **Nossa Cidade**. 2004. Disponível em: <http://www.jequitiba.mg.gov.br/novo_site/nossacidade/cidade.pdf>. Acesso em 17 ago. 2017.

JEQUITIBÁ, Prefeitura Municipal de - C. M. D. **Lei orgânica do Município de Jequitibá - MG**. [s.n.], 2004 b.

JEQUITIBÁ-MG, P. **Festival de Folclore 2013**. Prefeitura Municipal de Jequitibá, 2013. Disponível em: <http://www.jequitiba.mg.gov.br/novo_site/index.php?nivel=1&exibir=secoes&ID=7>. Acesso em: 15 setembro 2017.

JEQUITIBÁ, Prefeitura Municipal de – MG. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Lourismar Palhares Machado**. 2016.

JEQUITIBÁ-MG, P. **Símbolos Municipais**. Prefeitura Municipal de Jequitibá, 2019. Disponível em: <<https://www.jequitiba.mg.gov.br/site/prefeitura/conheca-jequitiba/simbolos-municipais/>>. Acesso em: 20 Agosto 2017.

JEQUITIBÁ-MG, P. **Festas Tradicionais**. Prefeitura Municipal de Jequitibá, 2019b. Disponível em: <http://www.jequitiba.mg.gov.br/novo_site/cultura/festastradicionais.pdf>. Acesso em: 27 Agosto 2017.

JEQUITIBÁ-MG, P. D. **Festival do Folclore de 2019**. Prefeitura Municipal de Jequitibá - MG, 2019c. Disponível em: <<http://www.jequitiba.mg.gov.br/site/vem-ai-o-31o-festival-de-folclore-de-jequitiba/>>. Acesso em: 20 setembro 2018.

LE GOFF, J. **História & memória**. 7ª. ed. São Paulo: Unicamp, 2013.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias De Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MANFIO, Elisandra; PACHECO, Luci Mary Duso. **Um olhar sobre a formação do professor no cenário atual da educação do campo**. Pedagogia em Questão. Frederico Westphalen, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Departamento de Ciências Humanas, Curso de Pedagogia, vol. 3 e 4, nº 3 e 4, 85-107, URI, 2006.

MANFIO, Elisandra. **Educação para o meio rural: perspectivas atuais de permanência e sustentabilidade.** Pedagogia em Questão. Frederico Westphalen, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Departamento de Ciências Humanas, Curso de Pedagogia, vol. 3 e 4, nº 3 e 4, 35 - 47, URI, 2006b.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Parecer CEE/MG nº 1132/97 de 12 de novembro de 1997.**

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Parecer CEE/MG nº 1158/98 de 11 de dezembro de 1998.**

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução SEE/MG Nº 2197, de 26 de outubro de 2012.**

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Guia de orientações para elaboração, revisão e/ou reestruturação do projeto político-pedagógico das escolas estaduais de Minas Gerais.** 2014.

MINAS GERAIS, G. D. E. D. M. G. **29º Festival de Folclore de Minas Gerais.** Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br/component/gmg/story/4316-29-festival-do-folclore-de-jequitiba-contara-com-aproximadamente-40-atracoes>>. Acesso em: 07 Março 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em 17 ago. 2017.

OLIVEIRA, M. A. T. **Os estudos históricos sobre o currículo e as disciplinas escolares: das preocupações com as práticas escolares para o mundo da pesquisa acadêmica.** Pensar A Educação Em Revista, V 3, P 3-41, 2017. Disponível em <<http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2017/04/Hist%C3%B3ria-Do-Curr%C3%ADculo.pdf>> Acesso em 17 jun. 2017.

POLLACK, Michel. **Memória e identidade social.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2018.

POLLACK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2018.

QUEIROZ, I. M. P. D. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMON, O. R. de M. V. **Experimentos com História de Vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice, 1988.

RICOEUR. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, v. III, 1997. .

RICOEUR, P. **À memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZA, Elisabete Ferrareza (ORG). **Políticas Públicas** – Coletânea, vol. 1. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2007

SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Brasileira de Educação, Campinas, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SPERBER, Dan. La contagion des idées. Paris: Odile Jacob, 1996 *apud* CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e Campesinato**: uma educação para o homem do meio rural. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1983.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de Identidade; uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autentica. 2013.

TORTELLI, Altemir Antônio. Desenvolvimento rural e educação. In: Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual de Educação. **II Conferência Estadual**: por uma educação básica do campo. Porto Alegre: Corag, 2002

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. 428p. (Reconquista do Brasil. 2ª série188).

VEIGA, Ilma Passos. O projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos. (Org.). **O projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Cad. CEDES, Campinas , v. 23,n. 61,p. 267-281, Dec. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622003006100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de setembro de 2018.

ANEXO A – Ata de solenidade

ATA DA SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO, INDICAÇÃO E POSSE DOS GOVERNANTES E DEMAIS AUTORIDADES DO ESTADO MINEIRO DO FOLCLORE.

Aos sete dias do mês de julho de 1991, presentes diversas autoridades locais e de outros municípios; presentes o ilustre folclorista - Frei Chico, o grande cantor, compositor e animador - Saulo Laranjeira e sua numerosa caravana; presentes os embaixadores do folclore mineiro José Teixeira e sua esposa Mazé; Grande equipe de fotógrafos e cinegrafistas; presentes ainda os diversos segmentos da nossa cultura popular, representados por grupos das localidades de Lagoa de Sto Antônio - Lagoa da Trindade - Souza - Vera Cruz - Pindaibas - Perobas - e Sto Antônio do Baú, os professores universitários e folcloristas - Núbia Pereira de Magalhães Gomes e Edmilson de Almeida Pereira, o Prefeito de Jequitibá - Geraldo Antônio Saturnino; o Vice-prefeito Sinval Batista Marques; o Presidente da Câmara - Geraldo Valeriano Saturnino, vereadores; o padre Gerardus Bernardus Smelle e grande massa popular, foi feita a leitura do DECRETO REAL 001, no qual o representante de Sua Majestade CHICO REI com a aprovação de todos os segmentos da Cultura Popular proclamou eleitos e empossados nos cargos de Governador do Estado Mineiro do Folclore o Folclorista Frei Chico e Vice-Governador, o nosso principal divulgador das raízes culturais - o cantor Saulo Laranjeira. A seguir, o Frei Chico, já na qualidade de Governador, tomou a palavra para nomear seus principais auxiliares, formando assim o seu gabinete: Prefeito da Capital Mineira do Folclore - Jequitibá - O prefeito Geraldo Antônio Saturnino; Diretor e Redator-chefe da Imprensa - Carlos Felipe de Melo Marques Horta; Secretário Plenipotenciário de Segurança Pública e Preservação do Folclore - Geraldo Inocêncio de Souza; Reitora da Universidade Folclórica de Sto Antônio do Baú - a Professora Núbia Pereira de Magalhães Gomes e Vice-Reitor - Professor Edmilson de Almeida Pereira; Reitor da Universidade Folclórica de Jequitibá - o poeta Oswaldo Saturnino Lopes e Vice-Reitor Adib Reis. Após empossar seus auxiliares, a governador procedeu o tombamento da árvore - Jequitibá, existente na cidade, deslocando-se com todo o povo presente para o local e colocando uma faixa simbólica em seu tronco, para marcar devidamente o fato histórico. Encerrando a solenidade, ficou marcada a data de sete de julho de cada ano para as comemorações do Estado Folclórico de Minas Gerais.

Jequitibá, Capital Mineira do Folclore, 7 de julho de 1991

Governador do Estado Mineiro do Folclore:
Frei Chico ofm.

Vice-Governador do Estado Mineiro do Folclore:
Saulo Laranjeira.

Secretário de Segurança e Preservação do Folclore:
Geraldo Inocêncio de Souza.

ANEXO B - Documento Nossa Cidade

JEQUITIBÁ – MG

Cidade mineira localizada na região central da Zona Metalúrgica de Minas Gerais tem seu nome relacionado a uma espécie vegetal denominada Jequitibá. Seu nome científico é **Cariniana estreclensis** da família **lecythidaceae**. Tem como nome popular **Jequitibá branco**... Possui altura média de 35 a 45 m. Suas folhas são simples de 6 a 12 cm, quando chega a primavera passa a ter um tom avermelhado. As folhas são claras, o fruto é duro, 10 cm, solta a tampa inferior cor marrom claro. Pertence a mata atlântica pela qualidade da madeira e também pelo seu porte. Sua madeira sempre foi muito procurada.

BREVE HISTÓRICO

O município de Jequitibá surgiu na rota dos bandeirantes por **volta de 1670**, sendo este um dos 10 primeiros municípios mineiros fundados nesta época por **Borba Gato**.

Jequitibá pertencia ao município de Sabará, porém em 1869 foi incorporada ao município de Sete Lagoas. Em 1948 teve sua emancipação e a instalação aconteceu no dia 1º de janeiro de 1949. É composta de 21 povoados e um distrito chamado Dr. Campolina (ex- Lagoa Trindade), uma comunidade negra que se destaca por ter sido um quilombo.

A capital de Minas quase foi transferida de Ouro Preto para Jequitibá, em 1867. O deputado Agostinho Francisco de Souza Paraíso conseguiu aprovar na Assembléia Legislativa da província uma lei transferindo a capital de Ouro Preto para Jequitibá. O presidente da província na época, José da Costa Machado de Souza vetou a lei, alegando precariedade do Tesouro Estadual e dificuldades que a mudança acarretaria. Voltando a apreciação do Legislativo o veto foi recusado por 17 votos contra 16. Já numa terceira reunião o veto é mantido e Jequitibá perde um dos maiores sonhos que uma cidade mineira poderia ter.

A população é composta de aproximadamente 68% na área rural e de 32% na área urbana. Conforme dados do Censo de 2000. Jequitibá é reconhecida como a Capital Mineira do Folclore, com forte potencial turístico, cultural, religioso, rural e ecoturístico, reserva aos turistas que por aqui passam, surpresas agradáveis. Livre da poluição com uma extraordinária beleza natural, a cidade passa a ser uma opção para quem busca descanso, lazer e qualidade de vida.

Várias opções de entretenimento são oferecidas aos adeptos da natureza, ciclismo, mountainbike, trekking e cavalgadas pelas trilhas que percorrem os vários povoados e comunidades do município.

Nas comunidades rurais e na sede do município encontram-se trabalhos artesanais, em barro, bambu, madeira, bucha vegetal, bordados, pinturas em tecido e quadros, entre outros. Quanto à gastronomia, já foram alvo da reportagem da TV Globo, programa Terra de Minas, com o prato cansanção com frango caipira, doces, licores, queijos e seus derivados são outros produtos artesanais, assim como, a água ardente (cachaça), sendo a mais famosa da região a Cachaça Isaura, sendo que esta foi a primeira a receber o certificado para exportação.

O município se sobressai nas atividades de agropecuária e hortifrutigranjeiros.

ACESSO : Rodovias de acesso = BR 040, MG 238,

LOCALIZAÇÃO

A pequena cidade está situada na região central, zona metalúrgica. Possui uma área de 446.62 km², correspondendo 5,4% da superfície total da microrregião. Tem como limítrofes os municípios de Santana de Pirapama, Cordisburgo, Araçai, Funilândia, Baldim e Sete Lagoas.

As distâncias aproximadas dos principais centros são:

Belo Horizonte	110 km
Sete Lagoas	34 km
Rio de Janeiro	535 km
São Paulo	691 km
Brasília	705 km
Vitória	645 km

A sede do município fica a 720 m de altitude (**Igreja do Santíssimo Sacramento**) e tem sua posição determinada pelas coordenadas geográficas de 19° 14' 07" de latitude sul e 44° 01' 41" de longitude oeste.

Na cidade não possui rodoviária, mas existem 2 linhas de ônibus que atendem aos usuários com horários diferenciados durante todo o dia.

POPULAÇÃO

A população é composta de aproximadamente 68% na área rural e de 32% na área urbana. Conforme dados do Censo de 2000, temos a informar:

Área Rural	3532
Área Urbana	1634
Total	5166 habitantes

RELEVO

70% de suas formas de relevo é ondulado 15% de pequenas elevações e 15 % de planícies.

VEGETAÇÃO

A vegetação nativa foi muito devastada dando origem a pastos, pequenos cerrados, e poucas matas ciliares

CLIMA

A temperatura média anual é de 20,9° C, atingindo a máxima de 28,2°C e a mínima de 15,9°C. A pluviosidade média anual é de 1328,7mm.

HIDROGRAFIA DO MUNICÍPIO

Geomorfologicamente, Jequitibá está inserido na depressão periférica do Rio São Francisco, sendo o Velhas o principal rio do município. Possui uma hidrografia muito rica e complexa, sendo que os principais são: Córrego da Lapa, Córrego das Perobas, Córrego Riachão, Córrego do Onça, Córrego da Serra, Córrego do Calabouço, Córrego Aguada, Córrego Taquaral, Córrego Vargem Formosa, Córrego Raiz, Córrego Patrimônio, Córrego Pindaíbas, Córrego Tronqueiras, Córrego do Baú e Rio das Velhas.

CURIOSIDADE

A região é procurada por ufólogos devido a notícias de aparecimento de objetos não identificados.

HISTÓRICOS DOS POVOADOS DE JEQUITIBÁ

¹ HISTÓRICO DO POVOADO DE DR. CAMPOLINA

Data da Entrevista: **13/05/2004**
Entrevistado: **José Leal Pereira**
Entrevistadora: **Nair Perazoli**

O Povoado de Dr. Campolina foi fundado em 1800 por Dona Inhá, Luízinha e Inhô Luiz, tio José Grande, tio Ivo, João Soares, Antônio Gonçalves, Benedito Pinto, Pedro Paulinho Sebastião Lizeu, etc. O Povoado antes chamava-se Lagoa da Trindade. Esse nome se deu porque no local havia, de um lado a Fazenda das Tronqueiras e Fazenda dos Poções e do outro lado do Rio das Velhas havia também uma Fazenda (não se sabe o nome desta), uma Igrejinha da Santíssima Trindade e um cemitério onde se enterravam o pessoal das fazendas e vizinhanças. Próximo dali tinha o Porto da Trindade que era o trânsito das pessoas de uma fazenda à outra, através do Rio das Velhas.

Na Fazenda da Santíssima Trindade moravam negros que trabalhavam, plantavam, faziam rapadura, cachaça e açúcar, etc. Com a Abolição da Escravatura os negros das fazendas foram libertos. Alguns ganharam pedaços de terra para trabalhar e morar. Dona Luízinha, por ser dona da sesmária doou pedaços de terras para algumas famílias de escravos que fizeram alguns casebres. Com o tempo o Povoado foi crescendo.

A origem do nome “Lagoa da Trindade” se deu da seguinte forma: Havia no meio do Cerrado uma lagoa perto do Porto da Trindade, da Fazenda e da Igrejinha da Santíssima Trindade . O nome Lagoa da Trindade surgiu porque os próprios moradores que moravam do lado oposto do, ao atravessar o Porto da Trindade diziam: “Estou indo para a Lagoa da Trindade”.

Nos anos 70, mudou-se o nome “Lagoa da Trindade”, para “Dr. Campolina” . Sua principal fonte de renda é a agricultura. Destacam-se as festas de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora da Conceição, de Santo Antônio e de São Sebastião. Como grupos folclóricos conta com Folia de Reis, Folia do Divino, Dança na Vara, Pastorinhas e Congado, sob a direção do Sr. José Leal Pereira, Sr. Domingos Elias Lopes e Sr. João Gilberto Soares, que são os principais caracterizadores do folclore do Distrito.

HISTÓRICO DO POVOADO DE BEBEDOURO

Data da Entrevista: **12/05/2004**

Entrevistados: **Maria Rodrigues Maciel e Osvaldo Rodrigues Maciel**

Entrevistadora: **Maria Piedade da Silva**

De acordo com a Senhora Maria Rodrigues Maciel e o Senhor Osvaldo Rodrigues Maciel o povoado de Bebedouro foi fundado no século XVIII pela “Sá Joana e Sr. Manuel”, e não há documentos que comprove. Os relatores não sabem com certeza sobre o surgimento do povoado, só sabem que a região era habitada por escravos, os mesmos eram descendentes de escravos, pois seu bisavô recebeu alforria aos doze anos de idade.

Como não há registro comprovando a veracidade da história de Bebedouro. Algumas pessoas dizem que antigamente o povoado era denominado Lagoa dos Patos por ser habitat natural dessa ave anatídea doméstica. Também existem mais duas versões do nome Bebedouro. No antigo Muquém, ainda existente, mas pouco povoado, os donos dos animais soltavam-nos para o campo e os mesmos desciam para beber água na lagoa existente nas terras da família Fillizzola, hoje tendo como proprietário o Senhor Fernando Liboreiro. Quando alguém perguntava pelo animal que estava desaparecido eles diziam que estavam no Bebedouro. A outra versão é que seus moradores consumiam grande quantidade de aguardente, em relação a esta versão nada mudou, ainda se consomem demasiadamente a cachaça, sendo Bebedouro o Povoado que mais consome cachaça no município de Jequitibá.

Atualmente a fonte de renda do município é a agricultura do quiabo, milho, abóbora e feijão que são comercializados no CEASA-MG. As festas promovidas na região são a do Divino e de Nossa Senhora do Rosário e o grupo folclórico existente é a Folia de Reis que tem como responsável o Senhor Geraldo Gonçalves Pinto (Timbó) que também é a pessoa que mais caracteriza o folclore do povoado, segundo os relatores. Já não existem mais no povoado o grupo folclórico das pastorinhas e o grupo da Encomendação das Almas. Vale narrar a lenda mais popular no povoado, que é a do “morcego que aparecia em época de festa na moita de bambu, hoje a Praça do Rosário, todos diziam não ter medo, mas sempre a meia noite quando os mais corajosos iam embora, o morcego aparecia no exato momento que alguém passava e começava a gritar, as pessoas olhavam para trás e não viam nada, de repente viam um vulto no chão e sentiam um soprinho na nuca, olhavam para cima e lá estava ele todo garboso. As pessoas corriam e mandavam pedras e essas eram arremessadas para trás. Era o morcego que as devolviam com suas enormes asas.”

Bebedouro fica a 17 Km e se limita com Vera Cruz, Onça e Muquém.

HISTÓRICO DO POVOADO DE BREJINHO

Data da Entrevista: **10/05/2004**

Entrevistado: **Orzelino Ferreira**

Entrevistadora: **Elvâne Gláucia Seifert de Sousa**

Segundo o Sr. Orzelino Ferreira nascido em 1920 (84 anos), o nome Brejinho se deu logo após a chegada de três pessoas (Sra. Artina, Sra. Tieta e o Sr. Joaquim Alves), que resolveram sair de uma cidadezinha chamada Cascudo, a qual, hoje possui outro nome, que o Sr. Orzelino não soube informar.

Estes saíram sem destino. Após uma longa caminhada os três se depararam com uma fascinante paisagem que se encontrava um pouco úmida, daí estes deram o nome de Brejo (Brejinho), onde resolveram residir por ali através de seus meios de sobrevivência, isto no ano 1914. Após alguns anos vieram outros moradores, dos quais, o Sr. Inácio Martins, fundador da Igreja Santo Antonio. Foi implantado nessa época o grupo folclórico, Folia de Reis predominante até os dias de hoje, esta tendo como integrante o Sr. Orzelino Ferreira, permanecendo nesse grupo até os dias atuais. Em 1924, o Sr. Aquiles Gonçalves fundou a escola que tem o seu nome. Esta teve como primeiro professor o Sr. Tônico Penna que residiu ali por dois anos, em seguida, a professora Edna, Maria Geralda, Edilma, Silvandina e atualmente a professora Fabíula Clara Gonçalves.

Atualmente os meios de sobrevivência das pessoas da localidade é razoável, pois estas vivem da agricultura. Brejinho hoje se expandiu perante a época, a comunidade contém um clube de dança, vestuário, campo de futebol, comércio, posto de saúde, igreja e escola, limitando-se com Vargem Bonita e Coqueiros.

HISTÓRICO DO POVOADO DE CAMPO ALEGRE

Data da Entrevista: **13/05/2004**
Entrevistada: **Conceição Pereira Antônio**
Entrevistadora: **Cristina de Cássia Henriques**

Segundo a Sra. Conceição Pereira Antônio (80 anos), o Povoado de Campo Alegre foi fundado aproximadamente em 1879 pelo Sr. Pacífico Pereira Alves e Sra. Divina Pereira Alves. A informante não sabe como se deu o surgimento do Povoado, sabe-se somente que este recebeu o nome Campo Alegre devido a região antigamente ser um campo com matas e árvores. Os responsáveis por este nome são Chico Vieira, Zefina Vieira e Vitalino Vieira. Atualmente a principal fonte de renda do Povoado é a pecuária e a agricultura.

No Povoado são promovidas as festas de nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio e do Divino. Atualmente só há um grupo folclórico no Povoado, o da Guarda de Nossa Senhora do Rosário, cujos membros, são responsáveis pelas festas que acontecem na comunidade.

HISTÓRICO DO POVOADO DE COQUEIROS

Data da Entrevista: **11/05/2004**
Entrevistado: **Orzelino Ferreira**
Entrevistadora: **Maria Lúcia Martins Figueiredo de Matos**

Coqueiros está localizado a 16 km de seu município Jequitibá. Está situado ao lado de um córrego e o Rio das Velhas.

Antigamente chamava Coqueiros de Beira da Taboca. Os moradores residiam mais próximo do Rio das Velhas. Depois Antonio Leonilino Ferreira que foi uns dos fundadores de Coqueiros se instalou para outra área na qual onde é Coqueiro atualmente.

Em 1940, passou a chamar Coqueiros devido no local possuírem muitos pés de coco.

Conta-se que antes na beira do córrego havia uma casa simples e lá tinha uma estampa de São Sebastião. O senhor Camilo Gonçalves construiu essa casa e colocou a estampa de São Sebastião, porque na época houve uma guerra e algumas pessoas foram selecionada para participar. Então, o senhor Camilo fez uma prece a São Sebastião que todos que fossem que não fossem aprovado. Esse pessoal não foram aprovados. Uma senhora conhecida por Maria dos Anjos doou a imagem de São Sebastião, em agradecimento de seu marido José Martins Júnior ter voltado.

Em 1957, foi construída uma nova igreja, porém em outro local e foi fundada por José Martins Júnior. Atualmente a imagem de São Sebastião está exposto na igreja e São Sebastião ficou sendo o padroeiro da comunidade. As festas promovidas na comunidade são : a Festa de São Sebastião, de Nossa Senhora do Rosário e do Divino Espírito Santo. O grupo folclórico existente no povoado é a Folia de Reis que o povo comemora com sua tradição.

Os povoados vizinhos de Coqueiros são : Vera Cruz e Pindaíbas que ficam do outro lado do Rio da velhas e o Brejinho que está mais próximo.

Como Jequitibá se destaca nas áreas de agricultura e Pecuária exatamente estas são as fontes de renda do povoado de Coqueiros.

O pessoal conta algumas história de arrepiar o cabelo. Conta que em alguns locais viram acontecimento sobrenatural. Os moradores mais antigos falam que a beira do Rio das Velhas como residiam escravos, já foram encontrados alguns vestígios.

Data da Entrevista: 11/05/2004

Entrevistado: **José Luiz Eustáquio de Moura**

Carteira de Identidade: M- 7.923.843

Entrevistadora: Nádia Heloíza Carvalho da Silva Moreira.

Não se sabe ao certo a data de Fundação do Povoado de Guará. O entrevistado relata que foi por volta de 1900. O Fundador foi o Sr. Luís Gomes de Moura, que era tropeiro e passando pelo local a cavalo pensou em construir uma casa de comércio, denominada na época como “venda”. Depois de algum tempo casou-se e foram chegando várias famílias que prestavam serviço para sua fazenda.

O Povoado recebeu este nome devido ao fato de ser uma mata fechada e haver muitos lobos guarás que urravam muito alto. A principal fonte de renda do Povoado é agricultura e pecuária. Pelo fato da comunidade ser pequena não promovem festas, pois as pessoas se locomovem para o Povoado vizinho, que é o Povoado da Onça. Antigamente existiam os grupos folclóricos, Batuqueiros e Encomendação das Almas. Os Povoados vizinhos são: Báu, Onça e São José dos Moreiras.

O Sr. José Luís conta o pavor que sua mãe passou quando moravam numa casinha de capim tão fraca e tão pequena que certa vez seu pai Lulu saiu, e a noite chegou. Deixou sua mãe e dois meninos pequenos em casa; dois garrotes ferraram luta no terreiro e foram chegando, chegando e sua mãe pedia a Deus um jeito deles pararem com aquilo. Ela então correu na cozinha, pegou uma panela cheia d’água no fogo, então ela ia atizando a lenha e olhando a fúria dos garrotes, jogou a água fervendo e eles separaram.

7 HISTÓRICO DO POVOADO DE LAGOA DE SANTO ANTÔNIO

Data da Entrevista: 12/05/2004

Entrevistada: **Elza Maria Saturnino**

Identidade: M.14.470.189

Entrevistadora: Nislene Geralda Lopes Rodrigues

Nome do Povoado: Lagoa de Santo Antônio. Fundada por volta de 1800, teve como fundadores os Srs. João Lopes, Antônio Lopes Barroso, Ana Lopes dos Reis, famílias Lopes, Reis, Dias dos Anjos, Pereira, Rodrigues e Saturnino.

O Povoado antes tinha o nome de Lagoa dos Veados. No dia 13 de Junho de 1973, foi enterrado um veado simbolizando assim a mudança do nome da localidade. O nome

Lagoa de Santo Antônio é devido à religiosidade do povo e Santo Antônio ser o Padroeiro. O responsável por este nome foi o Sr. Virgolino Lopes e Amintas Lopes Barroso.

O Povoado surgiu com a Lagoa de Dentro, onde havia uma grande quantidade de veados. Conta a história que alguns veados iam beber água nesta Lagoa.

As principais fontes de renda de Lagoa de Antônio são a agricultura e pecuária. As festas são: Santos Reis, São Sebastião, Santo Antônio e Nossa Senhora do Rosário. Os grupos folclóricos existentes atualmente são as Folias de Santos Reis e São Sebastião e, os grupos extintos são As Pastorinhas, Folia de São Geraldo e do Divino Espírito Santo. O morador que caracteriza o folclore no Povoado é o mestre de folia o Sr. Bento Lopes Barroso. Lagoa de Santo Antônio tem como povoados vizinhos Dr. Campolina e Campo Alegre.

HISTÓRICO DO POVOADO DE MUCHILA

Data da Entrevista: 11 /05/2004

Entrevistados: **Maria Elizabeth Cristelli e Joana Otília Cristelli**

Entrevistadora: Fabíula Clara Gonçalves de Matos

Os primeiros habitantes do povoado de Muchila foram os imigrantes vindo da Alemanha e Itália as famílias: Gilbert, Piffer, Seifert, Hergemann, Flister e Lupn que passaram a ocupar o povoado através da carta de doação. Esse território anteriormente era de um Conde Alemão que não possuía herdeiros, indo as terras para a união, sendo doada para as famílias mencionadas.

Muchila recebe esse nome porque os tropeiros que vinham de diferentes lugares que levavam suas mercadorias para a estação Cavalão de Almeida, eles, cansados devido a longa distância percorrida, desarreavam seus animais, retiravam suas mochilas e ali descansavam nas sombras das árvores á beira de um córrego de águas limpas e puras.

Muchila está localizado no município de Jequitibá, divisa com os municípios de Araçai, Funilândia e Cordisburgo. O povoado possui 1 escola chamada Helvécio Martins Figueiredo, atualmente não está funcionando por falta de alunos, devido a sua

localização. Na comunidade não há capela, nem grupos folclóricos, as pessoas que ali habitam freqüentam as festas na comunidade vizinha de Vagem Bonita.

As principais rendas da comunidade são agropecuária e agricultura. Os principais produtos comercializados são: gado de corte, milho, feijão. Atualmente algumas famílias se dedicam a piscicultura e a apicultura.

9

HISTÓRICO DO POVOADO DE OCO DO PAU

Data da Entrevista: 12 /05/2004

Entrevistados: **Diva Falcão de Oliveira e Antônio Saturnino Lopes**

Entrevistadoras: Vanessa Machado Saturnino Souza

Mauriza da Conceição Barbosa Moreira

Claudete Machado Saturnino

Oco do Pau não é propriamente um Povoado, e sim um terreno, segundo os entrevistados, Sérgio Sader Dias, Renildo Antônio Barbosa e Antônio Saturnino Lopes. Os mesmos relataram que sua Fundação se deu mais ou menos há 100 anos, tendo como fundadores fazendeiros pertencentes à família de José Dias de Carvalho, conhecido na época por **“Juca Dias da Serra”**.

A fazenda atualmente pertence à Cinésio Nery Dias e irmãos, descendentes da família citada acima. Acredita-se que o local foi batizado com o nome atual pelo fato da fazenda se localizar dentro de um buraco que aparenta um **“Oco de Pau”**.

Essa fazenda sempre pertenceu à família de José Dias de Carvalho e foi passada de geração em geração. A fazenda possuía diversos agregados que por sua vez possuíam muitos filhos. Assim criou-se na fazenda da Serra, também pertencente à família do sr. José dias, a Escola Ercilha Barbosa para os filhos dos empregados estudarem.

Mais tarde essa Escola recebeu o nome de Escola Tertuliano Dias Barbosa. Atualmente os filhos dos moradores da Fazenda do Oco do Pau estudam no Povoado da Onça.

A principal fonte de renda da fazenda é o leite e do gado de corte. Seus empregados são assalariados e vivem dessa renda. Uns poucos cultivam em seus quintais hortas, para ajudar nas despesas da casa.

As festas promovidas são as festas religiosas e a pessoa que melhor caracteriza o folclore local é o Sr, Nelson.

HISTÓRICO DO POVOADO DA ONÇA

Data da entrevista: 11/05/2004
Entrevistado: **Horzelino José Machado Filho**
Carteira de Identidade: M-650.202
Entrevistadora: Nádia Heloíza Carvalho da Silva Moreira

Não se sabe ao certo a Data de Fundação do Povoado. O entrevistado relata que seu pai nasceu em 1902 neste Povoado.

Conta-se que os Fundadores foram escravos. Na fazenda do Sr. Alemão existem várias jabuticabeiras. Acredita-se que, na época dos escravos, estes ao se alimentarem da referida fruta depositavam suas fezes a céu aberto, por isso a proliferação dos pés de jabuticabas. Percebe-se também a existência de valas em vários terrenos da comunidade, (*sabe-se que na época estas valas eram feitas por mãos escravas a fim de demarcar os terrenos*). O motivo de o local ter recebido este nome foram as brigas que existiam em quase todas as festas que havia, ou seja, as pessoas eram bravas feito onças.

A principal fonte de renda do Povoado é a pecuária e agricultura, como base os produtos hortigranjeiros como quiabo, milho e feijão, etc.

As festas promovidas no Povoado são : Festa do Rosário e São Cristóvão. Atualmente não existem grupos folclóricos no Povoado, porém já existiram Pastorinhas, Catopê e Folia de Reis. Os Povoados vizinhos são: Baú, Guará, Perobas e Bebedouro.

HISTÓRICOS DOS POVOADOS DE PATRIMÔNIO/SOUZA

Data da Entrevista: 13/05/2004
Entrevistado: **Syneas Martins Campelo**
Entrevistadora: Ana Maria Batista

A ocupação da localidade de Patrimônio/Souza- Jequitibá, começou a partir do ano de 1743, quando o Padre Jorge Martins de Oliveira, irmão do Padre Corvêlo, recebeu das mãos do Rei ou do Presidente da Província de Minas Gerais a Carta de Sesmaria denominada Espírito Santo que compreendia toda extensão de terras do rumo da Barra do Ribeirão Jequitibá rumo ao leste até encontrar a Fazenda do Rótulo, e rio abaixo

até encontrar as terras pertencentes ao hoje denominado município de Santana de Pirapama.

Acontece que em 1749 o Padre Jorge faleceu com testamento deixando tudo que possuía para sua própria alma. Mas aconteceu que em 1758 Antonio Marques Guimarães Português, requere novamente a Sesmaria do Espirito Santo com menos extensão de terras, partindo do córrego do Patrimônio ao Espirito Santo com toda suas vertentes até o Rio das Velhas e por este acima até a Barra do Ribeirão Jequitibá, onde hoje é a sede da Fazenda do Jequitibá.

Em 1762, Antonio Marques Guimarães casou-se com D. Maria Dorotéia da Silva, tendo deste consórcio nascido vários filhos dentre eles destaca-se : Pulquéria e João Marques que ordenou-se sacerdote. Quando em 1797 Antonio Marques Guimarães achando-se com idade avançada doou a fazenda para os filhos, com escravos, bois, casas de maquinários de farinha e demais trastes que existia na época, ficando o Padre João Marques Guimarães como administrador dos respectivos bens, tendo na administração do referido Padre sido adquiridas as fazendas denominadas : Saco do Paiol, Laranjeiras, Bom Sucesso e Pau Grande, hoje Fazenda do Salitre.

Em 1838, Padre João Marques Guimarães faleceu com testamento, sendo o seu testamenteiro o Sr. Estevão de Souza Carvalho, tendo dado para o testamenteiro em sinal de gratidão a Fazenda do Patrimônio, constando 50 alqueires de capoeirões e mato virgens. Nesta altura dos acontecimentos tenho firme convicção que foi o primeiro habitante deste lugar (sem falar nos índios que aqui haviam em abundância). Tendo vindo depois de Estevão, José de Souza Carvalho seu filho que foi casado com Maria Aniceta de Souza Fernandes que foi moradora até a morte na Fazenda do Patrimônio, onde mora hoje Daniel Gonçalves Campelo, ainda existe jaboticabeiras plantadas por eles. Foram seus filhos : José de Souza Carvalho, Joaquina de Souza Carvalho, Leonídio de Souza Carvalho, Domingos de Souza Carvalho. Os moradores do Patrimônio hoje são quase totalidade netos de José de Souza Carvalho 2o . Existe um outro capão de terras de cultura que deságua no mesmo córrego do Patrimônio que nos meados do século IX, foi propriedade de Manoel Ferreira Coelho, que era filho de Clemente Ferreira Coelho com uma índia vulgarmente conhecida como Joaninha, foram seus filhos: Manoel Ferreira Coelho, Luiz Ferreira Coelho, Joaquim Ferreira Coelho, Francisco Ferreira Coelho, Canuto Ferreira Coelho, José Ferreira Coelho, Matias Ferreira Coelho, Antonio Ferreira Coelho, Aninha, Cassimira e Maria Ferreira Coelho.(informações obtidas do Sr. Syneas Martins Campelo –morador da fazenda Montes Verdes).

HISTÓRICO DO POVOADO DE PEROBAS

Data da Entrevista: 10/05/2004

Entrevistados: **Raimundo Gomes e Anita Batista**

Entrevistadora: Rosilaine Rezende da Silva

O Povoado de Perobas foi Fundado no ano de 1850 pelas famílias Gomes Ferreira e Pereira Goulart, sendo eles os primeiros moradores. O Povoado recebeu esse nome devido a uma mata fechada existente e uma grande quantidade de madeira chamada Perobas. O surgimento desse lugarejo se deu pela chegada das famílias citadas acima, a partir do momento em que resolveram ali trabalhar, desde então foram chegando outras famílias. Hoje seus moradores tem como fonte de renda principal a agricultura e, dentre as plantações de vários produtos os que mais se destacam são: tomate, quiabo e feijão.

Com o aumento da população e suas crenças os moradores começaram a promover festas na localidade, dentre elas a Festa do Divino e Festa de Nossa Senhora do Rosário. Atualmente os grupos folclóricos existentes são: Grupo do Fim de Capina, Folia de Reis, Folia do Rosário, Folia do Divino e Folia de São Sebastião. Já existiu o grupo de Batuque e o grupo de Cantiga de Roda. A pessoa que melhor caracteriza o folclore de Perobas é o Sr. Raimundo Gomes, mais conhecido como Sr. Raimundinho Caetano.

HISTÓRICO DO POVOADO DE PINDAÍBAS

Data da Entrevista: 10 /05/2004

Entrevistada: **Elza Rodrigues Ribeiro**

Entrevistadora: Mara Fernandes Normando

Em meados do século XIX (1863), foi Fundado o Povoado de Pindaíbas. Margeada pelo caudaloso Rio das Velhas a 15 quilômetros de Jequitibá, Pindaíbas já surgiu com o nome atual, recebendo o mesmo, devido ao grande número de árvores Pindaíbas que havia por ali. Quem teve esta idéia, não se sabe. Um dos fundadores do Povoado foi o Sr. Caetano Carvalho Lessa. Mais famílias são dominantes, como os Barbosa, Rodrigues, Rocha e Teixeira.

A religiosidade é própria do povo local. Possui a comunidade duas Capelas, uma dedicada ao Santo Padroeiro que é São Sebastião e outra dedicada a Nossa Senhora

Aparecida. São mantidas as novenas, com seus cânticos dos tempos antigos. As festas tradicionais da comunidade são as realizadas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, sempre no mês de Julho, de Nossa Senhora Aparecida no mês de Outubro e a de São Sebastião.

Os Grupos Folclóricos existentes na comunidade são, Folia de Reis, Tear, Boi da Manta e Catopê, com extinção do Batuque.

A pessoa que melhor caracteriza o Folclore do Povoado é a Sra. Elza Rodrigues Ribeiro.

Pindaíbas tem como Povoados vizinhos, Vera Cruz e Patrimônio, sua agricultura se baseia na plantação de quiabo e abóbora.

HISTÓRICO DO POVOADO DE QUEBRA-PERNA

Data da Entrevista: 13/05/2004

Entrevistados: Raimundo Barbosa de Azevedo Hilda Pereira de Barros

Entrevistadoras: Claudiene Martins Gonçalves

Rosilene Martins Batista

A história a seguir é um relato do Sr. Raimundo Barbosa de Azevedo, o mais velho habitante da comunidade de Quebra-Perna, com 91 anos, e da Sra Hilda Pereira de Barros de 84 anos de idade.

O Sr. Raimundo conta que por volta de 1922 o seu pai comprou um terreno que fazia parte de uma Fazenda Chamada Santa Cruz. Quando a família do Sr. Raimundo chegou ao terreno tiveram muito trabalho, pois era muito mato para derrubar. Por volta de 1924 ele começou a trabalhar como guia de boi da Fazenda Santa Cruz. O animal (burro) com o qual o Sr. Raimundo trabalhava escorregou, caindo em uma grota quebrando a perna. A partir daí, surgiu um novo nome para a comunidade que se formava em volta da fazenda. Devido a este fato passou a se chamar Quebra-Perna. O Povoado foi crescendo, outras pessoas foram chegando, como é o caso da família de Dona Hilda, que chegou por volta de 1936.

Dona Hilda, também uma das moradoras mais antigas da comunidade de Quebra-Perna nos conta que ajudou a cuidar das pessoas mais velhas que restaram na Fazenda Santa Cruz. Contou que sua família já realizou grandes festas religiosas no Povoado, que hoje não acontecem mais.

A comunidade nunca teve um grupo folclórico próprio, mas era bastante visitada por grupos de outros Povoados.

Hoje em dia não há mais festas religiosas como tinha antigamente. Os moradores participam das festas que acontecem no povoado vizinho chamado Batista, que tem este nome devido o fato de ter aglomerado um grande número de pessoas com este sobrenome.

Quebra- Perna está situada a 12 quilômetros de Jequitibá e Batista a 8 quilômetros. A principal atividade econômica dos povoados é a agricultura. A Igreja fica no Povoado do Batista e o Posto de Saúde no Quebra-Perna. A Escola fica entre Quebra-Perna e o Batista, acontece desta forma para não favorecer somente uma comunidade.

15

HISTÓRICO DO POVOADO DE RAIZ

Data da Entrevista: 10/05/2004

Entrevistado: **Gilberto Martins dos Santos**

Entrevistadoras: Angela Maria da Piedade

Gláuce de Cássia Martins Rodrigues

A Comunidade de Raiz localizada a 19 quilômetros da cidade de Jequitibá-MG, foi fundada em 1824 pelas famílias de Luiz Pereira, Costas e Martins. O Sr. Luiz Pereira da Silva recebeu as terras de herança de seu pai, o Sr Jarão. Este teve vários filhos com uma escrava, dentre eles o Sr. Luiz Pereira da Silva, segundo relato do então descendente Gilberto Martins dos Santos, hoje morador da comunidade.

O Sr. Jarão foi um bandeirante que teve vários filhos com escravas da Fazenda das Perobas, e antes de morrer dividiu parte das terras entre os filhos. O filho Luiz Pereira da Silva herdou a mata ao Sudeste da Fazenda.

Antes do nome Raiz, o Povoado teve o nome de Fazenda das Perobas. O nome Raiz se deu pelo desmatamento da mata virgem da área para construção das primeiras casas, e as raízes das árvores ceifadas teimarem em reaparecer. Atualmente as principais fontes de renda do Povoado são a agricultura e a pecuária, sendo que 85% dos moradores plantam hortifrutigranjeiros como, quiabo, milho verde, pimenta malagueta, jiló, abóbora menina, tomate e feijão, e 5% criam gado de corte.

As festas promovidas no Povoado são as de São Geraldo e Junina. Nesta comunidade não há grupos folclóricos. Os Povoados vizinhos são: Ao Leste, Fazenda Sobradinho;

ao Oeste, Onça; ao Norte Povoado de Perobas e ao Sul o Povoado de Vargem Formosa.

Lenda do povoado: Conta-se que alguns escravos enterraram ouro na região para comprarem sua liberdade, porém, nunca conseguiram desenterrar o mesmo, nem se soube o local exato; desde então, diz-se que anda nas noites uma luz igual a um farol de carro, para vigiar o ouro.

¹⁶ **HISTÓRICO DO POVOADO DE SANTO ANTÔNIO DO BAÚ**

Data da Entrevista: 12 /05/2004

Entrevistados: **Ilta Gomes e Antônio de Assis Pereira**

Entrevistadores: Lúcia Aparecida Saturnino de Souza

Wanderson Martins Gonçalves

Não se sabe a origem do nome do povoado. Pessoas mais velhas foram entrevistadas e relataram que nem seus avós sabiam o porquê desse nome.

As famílias mais antigas do Povoado eram, segundo o entrevistado, a família de Zé Moreira.

No Povoado a principal fonte de renda é a agricultura, com o cultivo de produtos hortifrutigranjeiros, tendo como destaque o tomate.

O Povoado conta com alguns Grupos Folclóricos como o Fim de Capina e as Pastorinhas.

Algumas Folias:

- Santos Reis
- Do Divino
- De Santo Antônio
- De São Sebastião
- Congado de Nossa Senhora do Rosário
- Batuques

Antigamente existia no Povoado, um Grupo chamado Batalhão que seguia de certa forma a mesma idéia do “**Fim de Capina**”.

A pessoa que mais caracteriza o folclore do Povoado é por unanimidade, o Sr. Zé Gomes.

No Povoado, assim como em todo lugar, tem suas histórias. Na volta do córrego, como é conhecido o local, moradores juram ser assombrado, e relatam terem visto um caixão, um porco enorme, uma mulher vestida de branco e até mesmo Nossa Senhora montada em um burro.

HISTÓRICO DO POVOADO DE VARGEM BONITA

Data da Entrevista: 10/05/2004

Entrevistado:

Entrevistadora: Gláucia Cristelli Diniz

A comunidade de Vargem Bonita teve como moradores vários estrangeiros entre os principais concentravam-se italianos e alemães. Estes eram refugiados de Guerra que receberam terras do Governo Brasileiro com o intuito de mestiçar o povo brasileiro.

Vargem Bonita teve como princípio a fundação de uma capela em um lote da Colônia João Pinheiro, de propriedade do Sr. Lino Nardem, em cooperação com os Srs. Horácio Ribeiro de Mattos, José Ribeiro de Mattos, Inácio Pereira da Silva.

Os Srs. Horácio Ribeiro de Mattos e Fidelis Diniz Costa Juiz de Paz daquela época e seus dois coadjuutores deliberaram, conseguindo a construção de um confortável prédio escolar, por traz da Capela, ao qual exigiram um patrimônio ou área urbana. Tendo o dono do lote se negado a isto, fizeram eles a transferência destas duas casas, iniciando o povoamento da localidade em um terreno doado pelo Sr. Idalino de Almeida Barba em que até hoje se localiza.

O nome da comunidade “Vargem Bonita” foi dado por uma comissão de moradores, circunstâncias devida à topografia do terreno, “planície” ter uma bonita Vargem.

HISTÓRICO DO POVOADO DE VARGEM FORMOSA

Data da Entrevista: 12 /05/2004

Entrevistados: **Diva Falcão de Oliveira e Antônio Saturnino Lopes**

Entrevistadoras: Vanessa Machado Saturnino Souza

Mauriza da Conceição Barbosa Moreira

Claudete Machado Saturnino

O Povoado de Vargem Formosa foi Fundado a mais ou menos 150 anos, sendo seus fundadores Arlindo Pereira de Almeida, João Alves dos Reis, Tertuliano Dias Barbosa, José Dias de Carvalho, Jacó Lajes, entre outros. O Povoado foi batizado com o nome atual, por seus antigos fundadores, pelo fato, do lugar possuir uma vargem muito bonita com uma grande Lagoa. Hoje, por ocasião da seca essa Lagoa serve de campo de futebol. Por volta do ano de 1842, mais ou menos, toda a área que hoje compõe a Vargem Formosa pertencia à Igreja. Por essa época era costume os padres dividirem em quadras pequenas extensões de terras para serem povoadas por diversas famílias carentes que foram formando este pequeno povoado.

Hoje a principal fonte de renda deste povoado é a agricultura. As festas promovidas são as de São José e de São João. Não existe ali nenhum grupo folclórico nem mesmo alguma lenda, porém, existe alguém que caracteriza o folclore, na pessoa do Sr. Raimundo Barreto.

Os Povoados vizinhos de Vargem Formosa são, Povoado de Perobas, Povoado de Quebra Perna e Povoado da Onça.

HISTÓRICO DO POVOADO DE VERA CRUZ

Data da Entrevista: 13/05/2004

Entrevistado: **Zacarias de Souza Ramos**

Entrevistadora: Natalice Gonzaga Costa Nascimento

Um dos primeiros relatos da ocupação inicial e povoamento do Povoado de Calabouço, hoje Vera Cruz, região rica em mineração e solo fértil, se deu com a chegada da família Carvalho, trazendo consigo alguns escravos. Tanto nas atividades agrícolas, quanto nas de mineração, o uso da mão-de-obra escrava era fundamental. Várias famílias foram atraídas para o local, envolvidas em atividades econômicas

distintas. Estas famílias procuraram de imediato garantir a posse ou acesso à terra, conforme as leis locais. A esses primeiros movimentos de ocupação em um longo espaço de tempo, seguiram processos rotineiros de aparecimento de propriedades rústicas, os chamados “capões”.

Ao longo do tempo foi construída uma capela, (Capela Nossa Senhora da Conceição), dentro de um terreno denominado “Terreno da Santa”, onde várias famílias possadas no chamado “usu capião” (direito de posse após 5 anos), não tinham documento algum, que provasse ser dono da terra.

O nome Calabouço era devido a região ser de muitos morros e local de castigo dos escravos. Tanto que o sino de bronze da capela foi doado por um fazendeiro e o mesmo foi usado na época dos escravos como toque de amanhecer para o trabalho e de recolher para o descanso. Este sino ficava justamente em uma fazenda onde havia escravos e um calabouço, onde aprisionavam índios rebeldes e fujões.

A primeira Escola funcionava debaixo de um pé de pequi e cada aluno trazia o seu banquinho. O primeiro professor era deficiente físico, este era transportado de Pindaibas (Povoado vizinho), até o local da Escola em uma carroça, por não haver outro meio de transporte na época.

Este professor trabalhou por muitos anos, vindo a falecer no ofício. Até então, a Escola não tinha nome específico, denominando-se Escolas Reunidas de Jequitibá.

Lá pelas décadas de 70, foi construída a nova Escola de Calabouço e foi dado o nome do primeiro professor que ficou sendo o Patrono da Escola, por prestar bons serviços à comunidade. Esta Escola hoje se denomina Escola Municipal Professor José Vicente de Paula Neves.

Hoje no Povoado há um campo de futebol, o que a maioria dos moradores priorizam como lazer e recreação em suas folgas, domingos e feriados, contando também com um time de futebol amistoso.

Com o passar do tempo os moradores fizeram uma reunião e resolveram trocar o nome do lugar, isto aconteceu no ano de 1984 na Gestão do ex Prefeito Jair Pereira Mateus. O nome “Calabouço” foi substituído por Vera Cruz, registrado em cartório. Contudo é possível afirmar que o progresso e o desenvolvimento vem aos poucos consolidando o processo de ocupação dessa região.